



UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO - UNICAP
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA - PRAC
COORDENAÇÃO GERAL DE PÓS-GRADUAÇÃO

VALDEMIR DE FRANÇA SOUZA

DE VOLTA PARA O PASSADO?
Uma análise crítica da reproposição das “Santas Missões Populares”
no Século XXI

RECIFE/2011

S729d

Souza, Valdemir de França

De volta para o passado ? : uma análise crítica da reproposição das "Santas Missões Populares" no século xxi / Valdemir de França Souza ; orientador Luiz Carlos Luz Marques, 2011.

98 f. .

Dissertação (Mestrado) - Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Programa de Mestrado em Ciências da Religião, 2011.

1. Estado. 2. Igreja. 3. Poder. 4. Comunicação. 5. Concilio Vaticano II. 6. Missão da igreja. I. Título.

CDU 266

VALDEMIR DE FRANÇA SOUZA

DE VOLTA PARA O PASSADO?

**Uma análise crítica da reproposição das “Santas Missões Populares”
no Século XXI**

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco por Valdemir de França Souza, como parte dos requisitos à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques.

RECIFE/2011

VALDEMIR DE FRANÇA SOUZA

DE VOLTA PARA O PASSADO?
Uma análise crítica da reproposição das “Santas Missões Populares”
no Século XXI

Dissertação apresentada ao programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Católica de Pernambuco por Valdemir de França Souza, como parte dos requisitos à obtenção do grau de Mestre em Ciências da Religião, elaborada sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques.

Aprovada em 26 / 04 / 2011

BANCA EXAMINADORA

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Emanuela Sousa Ribeiro, UFPE – Examinadora externa

Profª Drª Zuleica Dantas Pereira Campos – Examinadora interna

Prof. Dr. Luiz Carlos Luz Marques – Orientador

RECIFE/2011

RESUMO

Nosso estudo pretende mostrar como as Missões Populares, surgidas na idade moderna e adaptadas às circunstâncias atuais, valendo-se inclusive, das novas tecnologias de comunicação, vêm sendo novamente incentivada pela Igreja Católica como alternativa no resgate de costumes e valores sociais e religiosos perdidos nas últimas décadas, visando principalmente evitar a migração de fiéis para outras Igrejas e para os chamados “novos movimentos religiosos”. Para isso, analisaremos a documentação produzida pelas igrejas do Regional, em busca das justificativas usadas para sua retomada, e de seus reais interesses, ligados, segundo supomos, à busca da reconquista/manutenção da hegemonia religiosa católica na sociedade do Nordeste Oriental do Brasil. Hegemonia esta solapada, nos decênios sucessivos ao *aggiornamento* católico implantado após o Concílio Vaticano II (1962-1965), por processos tanto *ad intra*, tais como desnorteamento e perda de referências em função das mudanças no imaginário católico, quanto *ad extra*, resultantes da secularização, das migrações, da urbanização no interior dos estados e da penetração, cada vez mais agressiva, de igrejas e movimentos religiosos concorrentes com a proposta católica.

PALAVRAS CHAVES: Estado; Igreja; Modelos eclesiais; Poder; Movimentos de Resistência; Vaticano II.

ABSTRACT

Our study aims to show how such a method, which emerged in the modern age, once adapted to current circumstances and making use of new communication technologies, is being encouraged again by the Catholic Church as an alternative in the recovery of traditions and social and religious values lost in the last decades, mainly aiming to prevent the migration of believers to other churches and to the so-called “new religious movements”. For this, we will analyze the documentation produced by the Regional churches in search of the justifications used for their recovery, and their real interests, linked, as we assume, the pursuit of conquest / maintenance of Catholic religious hegemony in the society of Eastern Northeast Brazil. Hegemony is undermined in successive decades of the Catholic “aggiornamento” implemented after the Second Vatican Council (1962-1965), both for ad intra processes such as disorientation and loss of landmarks due to changes in the Catholic imagination, and for ad extra, as a result of secularization, migration, urbanization within states and penetration, more aggressive, churches and religious movements competing with the proposed Catholic.

KEY WORDS: State, Church, Church Models, Power, Resistance Movements, Vatican II.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente ao bom Deus pelos conhecimentos adquiridos nesses anos de academia e pelas pessoas que encontrei nesse caminho:

Ao professor Luiz Carlos Luz Marques, homem honrado, paciente e de bom coração que muitas vezes ultrapassou as barreiras dos ensinamentos acadêmicos para me socorrer nas horas de dificuldade.

Às Professoras Emanuela Sousa Ribeiro e Solange Maria da Silva, pelo incentivo e pela amizade.

A todos os professores do Programa de Mestrado em Ciências da Religião, por lapidarem, com sabedoria, nossas habilidades profissionais de modo especial aos Professores Zuleica Dantas Pereira Campos, Newton Darwin de Andrade Cabral e Gilbraz de Souza Aragão.

Aos colegas de sala que repartiram comigo, na graduação e no mestrado, as angústias de um futuro profissional incerto.

Aos meus familiares: Severino Moacir (Pai), que não está mais entre nós, mas que sempre levo nas minhas lembranças e Geruza de França Souza (Mãe). Irmãos: Vânia, Valmir, Vilma, Verônica, Viviane, Vagner e sobrinhos.

Agradeço de modo especial a Paula Francinnett, minha esposa, e ao meu pequeno infante João Pedro.

Registro meus agradecimentos ao falecido Pe. Dr. Ferdinand Azevedo, da UNICAP, e ao Monsenhor José Albérico Bezerra de Almeida, hoje Vigário Geral da Arquidiocese de Olinda e Recife, e então, quando comecei o meu mestrado, secretário do Regional Nordeste 2 da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, pelos esforços em conseguir, do CETEC/UNICAP e da ADVENIAT, o apoio financeiro necessário aos meus estudos.

Agradeço, portanto, ao CETEC/UNICAP e à ADVENIAT, por me concederem as bolsas de estudo que me permitiram custear minha pesquisa.

A todos os demais que me ajudaram, cujos nomes não publico, para evitar algum injusto esquecimento, o meu muito obrigado!

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I: AS MISSÕES POPULARES NA HISTÓRIA DA IGREJA	21
CAPÍTULO II: O RESGATE DAS MISSÕES POPULARES	47
CAPÍTULO III: AVALIANDO PROCESSOS, DISCUTINDO RESULTADOS	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	97

INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa tem como objeto de análise uma decisão tomada, em setembro de 2005, pelos arcebispos e bispos das então vinte circunscrições que compunham o Regional Nordeste 2, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil¹. Reunidos em Assembleia, entre os dias 19 e 23 de setembro daquele ano, decidiram, por unanimidade, implantar em todas as suas dioceses o que chamaram de “Projeto evangelizador das Santas Missões Populares”. Fruto de um processo de discernimento e de estudo, a decisão foi preanunciada, no discurso de abertura da Assembléia, por Dom Antônio Muniz Fernandes, OCarm, então bispo de Guarabira-PB e presidente do Regional Nordeste 2 da CNBB, com as seguintes palavras: “Aos desafios de hoje, responderemos com a missão evangelizadora...”².

Esta afirmação mostrou aos participantes, logo no primeiro momento, que se estava falando de algo extraordinariamente importante para a Igreja, mas, de certa forma, também causou inquietação, tendo em vista que não ficavam claros, inicialmente, quais desafios seriam respondidos com a missão. Tentando entender o enigmático termo, passamos a nos interessar pela temática que posteriormente, adotamos como objeto de pesquisa.

Observando reuniões e assembléias da CNBB NE2 e já com algumas pesquisas adiantadas, descobrimos que alguns desafios se referiam às mudanças

¹ Estiveram presentes: D. José Cardoso Sobrinho, arcebispo de Olinda e Recife, PE; D. Antônio Muniz Fernandes, bispo de Guarabira-PB; D. Genival Saraiva de França, bispo de Palmares-PE; D. Matias Patrício de Macedo, bispo de Natal-RN; D. Mariano Manzana, bispo de Mossoró-RN; D. Francisco Biasin, bispo de Pesqueira-PE; D. José Gonzales Alonso, bispo de Cajazeiras-PB; D. Bernardino Marchiô, bispo de Caruaru-PE; D. Adriano Ciocca Vasino, bispo de Floresta; D. Valério Breda, bispo de Penedo-AL; D. Irineu Roque Scherer, bispo de Garanhuns-PE; D. Manoel dos Reis Farias, bispo de Patos-PB; D. Aldo Di Cillo Pagoto, arcebispo da Paraíba-PB; D. Paulo Cardoso, bispo de Petrolina-PE; Pe. Francisco de Assis Dantas de Lucena, Administrador Diocesano de Caicó-RN; D. Fernando Iorio Rodrigues, bispo de Palmeiras dos Índios-AL; D. José Carlos Melo, arcebispo de Maceió-AL; D. Luís Gonzaga Pepeu, bispo de Afogados da Ingazeira; Pe. Aluísio da Silva Ramos, Administrador diocesano de Nazaré da Mata-PE; Pe. Aparecido Camargo, administrador diocesano de Campina Grande-PB.

² Cf. Discurso de abertura da 40ª Assembleia, publicado pela CNBB NE2 – Síntese da 40ª Assembleia Regional de Pastoral 2005.

sociais que transformaram as sociedades modernas. Contudo, as respostas pareciam pouco claras e insuficientes para mobilizarem tanto esforço em prol do resgate da missão tradicional. Além disso, outro questionamento permanecia: afinal seria mesmo possível responder a alguma situação desafiadora para a Igreja, com uma prática tão antiga?

Há séculos que a mesma receita se repete em várias regiões do mundo: sacerdotes e mais recentemente leigos, reúnem o povo e propõem momentos extraordinários de oração, pregação, confissão, penitência e retiro. Eventos como esses, chamados historicamente de “Santas Missões Populares”, atravessam os séculos, convertendo incontáveis pessoas à doutrina da Igreja Católica e sendo reconhecidamente importantes para a expansão do próprio cristianismo.

Essa definição já nos bastaria para entender grosso modo a importância do que nos propomos a pesquisar, mas ao mergulhar neste universo que remonta aos tempos da Idade Média, perpassa pelas mudanças tecnológicas e sociais que alteraram profundamente o modo de vida da humanidade e, mesmo nos tempos atuais, conserva entre os maiores postos da Igreja Católica o status de ser a mais adequada ferramenta para chegar à conversão de fiéis, nos perguntamos: será que verdadeiramente enxergamos, no momento em que nos decidimos por adotar este objeto de estudo, o real valor desta prática milenar ou por agora, este desafio parece superar nossas possibilidades?

O fio condutor da nossa pesquisa gira em torno da intenção do Episcopado da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Nordeste 2 de resgatar as Missões Populares como instrumento de ação pastoral. Afinal quais as reais motivações deste resgate?

Em contato com as assembleias pastorais do Nordeste 2 da CNBB, percebemos que havia algo além do discurso “tradicional” de evangelizar toda criatura como forma de continuar a obra do próprio Cristo. Tais intenções, contudo, não apareciam facilmente, sendo possível observá-las, ainda que com alguma dificuldade, nas entrelinhas de documentos internos bem como, na própria fala de coordenadores

pastorais, sacerdotes e principalmente, de membros do Episcopado. Contudo, as possibilidades encontradas ainda não forneciam respostas concretas e por isso, resolvemos inseri-las no contexto histórico da Igreja para obter melhores níveis de compreensão.

É sabido que a sociedade mundial e mais especificamente a brasileira vem passando por inúmeras transformações ao longo dos séculos. Tais transformações resultam de processos contínuos de aperfeiçoamento dos meios tecnológicos, sobretudo de comunicação, e progressivamente, vem afastando os indivíduos dos elementos que os identificam dentro do seu grupo social. Inserido neste processo que se convencionou chamar de globalização, os indivíduos passaram a ignorar suas raízes culturais. Sendo assim, observamos que os valores que norteavam, davam sentido às suas existências, bem como, às dos demais integrantes do grupo social a que pertenciam, agora, ao que nos parece, estavam perdidos. Tal perda acaba por propiciar uma movimentação significativa no campo religioso afetando justamente, a religião que há séculos ocupa lugar hegemônico no seio social, ou seja, o catolicismo.

Incomodada com tal situação que comprovadamente resultou e resulta na perda de grandes contingentes de fiéis, a Igreja Católica resolve então resgatar a prática missionária, como forma de garantir sua posição frente a outros grupos religiosos, bem como, a grupos alheios a qualquer religião.

A leitura de alguns documentos da Igreja que sugerem o retorno das missões populares, nos fez perceber que muito se discutia acerca da aplicabilidade dos métodos missionários. O centro das discussões, quase sempre, girava em torno da combinação de métodos missionários tradicionais com linguagens e tecnologias da sociedade contemporânea para chegar à conversão de novos fiéis e principalmente, para trazer de volta aqueles, que por motivos diversos, afastaram-se do catolicismo.

Percebendo esta preocupação, nos lançamos em direção da formação das primeiras missões para tentar descobrir como surgiram os primeiros métodos missionários e como evoluíram. Esta caminhada em direção a formação dos métodos missionários nos levou ao próprio nascimento das missões, nos permitindo, sintetizar

desde a Idade Média, até os dias atuais, alguns momentos importantes deste processo evolutivo. Este olhar em direção ao passado das missões populares nos permitiu distinguir quais elementos são verdadeiramente oriundos do embrião das missões e quais surgiram em outras épocas. Desta forma, entender como as missões metódicas surgiram e identificar quais os seus pilares, nos permitiria entender a que nível se resgataria a missão tradicional e, além disso, nos permitiria descobrir se o *habitus* dos indivíduos dos dias de hoje continua sensível ao capital simbólico do catolicismo.

A idéia de sintetizar, dentro das nossas limitações, o processo evolutivo das missões populares permitiu-nos registrar fatos importantes para a história da Igreja Católica. O registro desses fatos a partir da ótica das missões, além de nos fornecer uma nova abordagem, nos permitiu entender a importância dos movimentos missionários para a vida social do povo que muitas vezes se apegava com o sagrado para amenizar suas dificuldades. Além disso, podemos perceber como as missões sobreviveram a épocas em que foram proibidas e perseguidas, formando multidões de fiéis que já não acreditavam mais no catolicismo oficial.

Chegando ao século vinte, sobretudo na sua segunda metade, nos deparamos com uma profunda crise das missões populares. Seus métodos pareciam obsoletos diante de tantas mudanças nas sociedades e inclusive, dentro da própria Igreja, tendo perdido espaço para outras formas permanentes de evangelização. Muitas expectativas foram criadas em torno dos novos movimentos em prol da evangelização, mas ao que nos parece, todos levavam ao mesmo caminho: a missão popular. Sendo assim, a Igreja passou a redescobrir a missão como instrumento permanente para manter sua posição de maior denominação religiosa no campo religioso brasileiro e com isso, voltou a estimular a sua prática entre os fiéis resgatando velhos métodos para combinar com atuais.

Discutiremos no transcorrer do nosso trabalho, apoiados no instrumental teórico, bem como, em documentos depositados nos arquivos da CNBB Nordeste 2, as reais motivações que levaram a Igreja a estimular o resgate das missões. Esforçar-nos-

emos para abrir o leque de possibilidades de modo que fiquem claras todas ou a maior parte das intenções, inclusive, as que encontramos nas entrelinhas.

Analisaremos a aplicabilidade dos métodos antigos e novos, levando em consideração as realidades distintas que se apresentam entre as dioceses. Sendo assim, pretendemos concluir, apontando onde cada um dos métodos pode render frutos mais efetivos para a evangelização.

Buscamos nos desprender de nossas convicções religiosas para fazer, sempre que preciso, análises críticas acerca da temática. Contudo, toda argumentação estará fundamentada em dados estatísticos sobre a realidade quantitativa do universo católico no Brasil.

Os chamados métodos indiretos de missão (meios de comunicação), não serão esquecidos no transcorrer do nosso trabalho. Discutiremos esta temática com base no que a Igreja publica sobre o assunto, mas também, norteados por nossas observações do que é feito efetivamente para o crescimento deste tipo de evangelização. Esforçar-nos-emos para mostrar que mesmo aceitando a importância dos meios de comunicação de massa, e publicando vários documentos em favor destes meios de evangelização, pouco tem sido feito para responder a demanda de fiéis que carentes por alguma mensagem de conforto em suas vidas, buscam respostas para seus questionamentos utilizando os meios de comunicação.

Como forma de incrementar nossas análises, chamaremos a atenção para a questão das diferentes linguagens que os grupos sociais utilizam para se comunicar e neste sentido, não se pode apenas pensar na ampliação dos veículos de comunicação, mas principalmente, nas linguagens utilizadas. Toda esta análise nos levará a questão da evangelização da juventude e da necessidade de renovação da catequese.

Por fim, produziremos com base nos elementos colhidos ao longo de toda pesquisa, bem como, nos resultados das discussões, uma análise crítica que permita apontar as possíveis conseqüências das opções pastorais que vêm sendo tomadas pela Igreja Católica do Regional Nordeste 2 da CNBB.

Temos consciência de que nosso trabalho não esgotará a temática por completo e nem foi nossa intenção fazê-lo, contudo, esperamos que o material exposto contribua para futuras pesquisas que, certamente, farão melhor que nós.

Pretendemos desenvolver uma análise da chamada “Santa Missão Popular”, processo típico da pastoral católica tradicional, com uma história milenar, que vem sendo novamente incentivado pela Igreja Católica como alternativa no resgate de costumes e valores sociais e religiosos perdidos, visando principalmente evitar a migração de fiéis para outras Igrejas. Essa análise pretende mostrar como as Santas Missões Populares foi reorganizada, ao longo do tempo, dedicando-se especialmente às adaptações introduzidas na última década, em resposta tanto às mudanças sociais quanto às novas possibilidades abertas pelas tecnologias atuais. Para isso, analisaremos documentos específicos da temática sobre a sociedade como um todo. Buscaremos, através de uma historicização crítica, entender como as Santas Missões Populares tornaram-se tão imprescindíveis para a disseminação da fé católica em várias partes do mundo e quais foram os motivos que levaram a Igreja nordestina a resgatar essa forma de fazer pastoral.

Entender por quais motivos a Igreja vem procurando resgatar a missão como estado permanente em suas atividades pastorais e apresentar a história das Missões a partir da idade média.

- Sintetizar os principais momentos da história das missões, desde a idade média;
- Apresentar e analisar a documentação produzida pelos agentes de pastoral qualificados, buscando entender, a partir do instrumental teórico escolhido, suas reais motivações;
- Fazer a análise crítica e apontar as possíveis conseqüências das opções pastorais que vêm sendo tomadas pela Igreja Católica do Nordeste brasileiro.

A sociedade brasileira apresenta-se marcada por inúmeras transformações causadas principalmente pelo fenômeno da globalização que afasta, progressivamente, os indivíduos daquilo que os identifica dentro de um grupo social. Afastado de suas raízes, o indivíduo passa a desprezar os valores que norteavam, davam sentido à sua existência e à dos demais integrantes do grupo social a que pertencia. Esta perda do *habitus* propicia uma movimentação no campo religioso que afeta especialmente as religiões tradicionais. No caso brasileiro, a principal afetada é a Igreja Católica, até há poucas décadas força religiosa hegemônica na sociedade.

Para contrastar tal movimentação, a Igreja Católica repropõe-se a utilizar uma técnica milenar de reavivamento da experiência de fé e do simultâneo sentimento de pertença à comunidade, chamada Santa Missão. A reposição da técnica vem acompanhada de adaptações, introduzidas tanto em resposta às mudanças sociais dos meios nos quais será utilizada, quanto para aproveitar-se das novas possibilidades abertas pelas tecnologias atuais de comunicação.

Por exemplo, à figura tradicional do “pregador de missão”, sacerdote experiente – normalmente do clero religioso – que isoladamente ou em equipe percorria as paróquias das dioceses do interior, pregando os “novíssimos e escutando confissões.” Para este novo momento, as missões trazem como Discípulos Missionários não apenas os membros de congregações, mas principalmente religiosos e religiosas, leigos e leigas que até então não conheciam este ministério. Esta novidade reforça de maneira significativa, o papel social das ditas Santas Missões, pois o Discípulo Missionário que agora surge em sua maioria como leigos dentro das comunidades constituem, além de um evangelizador em potencial, um exemplo de moral a ser seguido dentro da própria comunidade. O Discípulo Missionário leigo, inserido dentro das comunidades, torna-se, neste contexto, uma presença estratégica importante para a Igreja que busca, cada vez mais, resgatar os fiéis batizados que, por algum motivo, estiveram afastados da Igreja. Além daqueles que nunca tiveram contato com a doutrina Católica, ou seja, que já nasceram dentro do seio de outras religiões. O fato é que a Igreja Católica necessita re-evangelizar seu rebanho e vê nas ações do

missionário leigo uma boa alternativa para chegar aos seus objetivos. Porém, para uma atividade missionária realmente se tornar eficaz se faz necessário, padronizar ações e discursos dentro de uma metodologia previamente definida.

A elaboração dos métodos missionários requer um estudo minucioso da realidade do local a ser evangelizado que pode ser uma Região, englobando mais de uma Província Eclesiástica, uma Diocese, Paróquia ou até mesmo uma comunidade. Para este estudo, mais uma vez encontraremos, na figura do missionário leigo, um imprescindível auxílio tendo em vista que, o leigo que vive inserido à realidade local, conhece muito melhor que qualquer outro as prioridades de cada região e sabe qual discurso será mais adequado para conquistar o apreço do povo.

Sendo assim, é fácil concluir que o planejamento minucioso das formas pelas quais se procederá com a missão sofrerá relativas modificações de acordo com as realidades encontradas. Esta metodologia das missões facilita o trabalho dos missionários que podem atuar de forma cirúrgica nas realidades encontradas enfatizando, nas pregações e homilias, os problemas locais e a necessidade de organização das comunidades em grupos que, sobre a orientação do Discípulo Missionário, buscará a melhor forma de encontrar soluções. Uma vez estando os grupos reunidos, para a solução de problemas, o Discípulo Missionário terá muito mais facilidade de pregar o evangelho e de disseminar valores morais perdidos ou esquecidos. Para esta metodologia em que se valorizam os meios indiretos de missão é recomendado que se busque não apenas o engajamento do leigo, mas principalmente, da juventude por meio da promoção de uma evangelização dentro das instituições de ensino.

Como podemos ver, as Missões populares tomaram novo fôlego movido pela necessidade urgente da Igreja Católica em superar os inúmeros desafios apresentados pela sociedade contemporânea. Mas o que está por trás da retomada, na pós-modernidade, de uma técnica pastoral criada na Idade Média, reformulada na Idade Moderna e abandonada após o Concílio Vaticano II?

Estamos convencidos que a resposta para esta pergunta, ou parte dela, encontra-se na crise dos sentidos, tema discutido pelos bispos do Regional Nordeste 2 da CNBB em Assembléia no ano de 2008. Nesta discussão foram apontadas algumas instituições geradoras de sentido para a vida das pessoas: Igreja, Escola, Família, Estado e foi concluído também, que a crise dessas instituições são causadas por fatores externos como, por exemplo, a globalização e o pluralismo que afastam os indivíduos de seus costumes. Assim o método missionário deve, segundo o que foi discutido em Assembléia, atuar enfatizando o resgate dessas instituições para buscar, através das raízes perdidas das sociedades, o habitus do fiel católico que, provavelmente, continua sensível ao capital simbólico do catolicismo tradicional.

Analisaremos documentos de vários períodos a fim de produzir uma reconstrução da história das missões desde a idade média e suas varias formas de atuação. Porém, utilizaremos como marco cronológico o ano de 2005 tendo em vista que foi neste ano que os bispos do Regional Nordeste 2 da CNBB reunidos em Assembléia adotaram de forma unânime o projeto que recebeu o nome de Santas Missões populares resgatando assim as denominações antigas para estes movimentos.

As profundas modificações sofridas pelas sociedades em todo o mundo, acentuadas a partir de meados do século XX, quando observamos o aprimoramento dos meios de comunicação de massa, atingiram de modo contundente a Igreja Católica. Valores que antes eram considerados inabaláveis no seio da sociedade passaram a ser questionados e, muitas vezes, ridicularizados pelos meios de comunicação, fazendo com que as novas gerações considerassem estes valores como costumes ultrapassados. A Igreja, sentindo que perdia espaço dentro das camadas sociais e que sua palavra agora competia com vários discursos difundidos por poderosos veículos de comunicação, resolve sair em reação, enfrentando esta nova realidade que se apresenta com o uso de velhas e de novas técnicas, combinadas. Volta, assim, a incentivar a tradição milenar de levar o evangelho para os pobres e assim garantir sua própria existência.

O interesse por estudar, enquanto fenômeno do Campo Religioso Brasileiro, as chamadas “Santas Missões Populares”, surgiu quando tivemos os primeiros contatos com a documentação referente à retomada desse método pastoral, produzida no âmbito das assembleias pastorais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), especialmente as do Regional Nordeste 2 (NE2). A partir dos meus estudos, durante a Licenciatura em História, havia percebido a importância das Missões durante o processo de povoamento do Nordeste brasileiro. A constatação de que algumas cidades e até mesmo algumas dioceses surgiram a partir de missões, no passado, e que ainda hoje repercutem as missões pregadas por Frei Damião, no século XX, intrigou-nos com a idéia de tentar medir o grau de influência que tal prática pastoral continua tendo, nessas sociedades.

Durante o transcorrer das nossas pesquisas constatamos que os movimentos missionários são, na verdade, muito maiores que o nosso limitado entendimento acerca do assunto, constituindo um dos principais pilares da ação pastoral da Igreja Católica Apostólica Romana.

A opção de pesquisar as Missões deu-se, como já foi dito, após os primeiros contatos com os documentos depositados nos arquivos da CNBB NE2. Trabalhando nas instalações da CNBB e tendo contato com muitos documentos sobre o assunto procuramos, dentro das limitações, aprofundar acerca do assunto, com a facilidade de ter acesso às pessoas que compõem a “Comissão para as Santas Missões Populares” no âmbito do Regional Nordeste 2 da CNBB, tendo inclusive, uma comunicação aberta com o presidente desta comissão, o Bispo de Floresta, Dom Adriano Ciocca Vasino. Os ensinamentos trazidos pelo convívio com grande parte das pessoas que discutem o fenômeno das Santas Missões nas Províncias Eclesiásticas de Olinda e Recife, Natal, Paraíba e Maceió somados aos imprescindíveis conselhos acadêmicos do Professor Luiz Carlos Luz Marques.

Analisar a temática das Missões é de grande importância para entender possíveis modificações no habitus de determinados grupos sociais, tendo em vista que é a partir da análise dessas mudanças, que este fenômeno assume novas formas

tornando-se, novamente, imprescindível para a plausibilidade do catolicismo numa sociedade pós-moderna. A relevância do estudo e da análise histórica das missões evidencia-se também pelo simples fato de até hoje, poucas obras terem sido produzidas sobre a temática. Em uma primeira revisão bibliográfica sobre o tema foram encontradas poucas obras em âmbito nacional e nenhum trabalho que fizesse referência especificamente à Região Nordeste. O material que já temos para consulta bibliográfica, embora carente do ponto de vista quantitativo, traz uma infinidade de informações relevantes à temática proposta, sobretudo, para a análise do fenômeno das Missões nas Idades Média e Moderna.

Por outro lado, fontes documentais são abundantes, para o novo momento histórico. Pretendemos trabalhar com os documentos conclusivos das assembleias regionais da CNBB NE2, com os relatórios que estão sendo produzidos, dando conta da aplicação das decisões tomadas nessas assembleias e com as atas de reuniões da Comissão para as Santas Missões Populares e outros documentos que vierem a ser encontrados.

CAPÍTULO I

AS MISSÕES POPULARES NA HISTÓRIA DA IGREJA

Tentaremos juntar, neste capítulo, fragmentos históricos de várias épocas para com isso, recontar, de forma sintetizada, os séculos do surgimento das Santas Missões Populares bem como, seus processos evolutivos que culminaram com o (os) modelo(s) de missão que conhecemos nos dias atuais.

Esforçar-nos-emos para resgatar momentos importantes que marcaram o nascimento e evolução missionária, enfatizando inclusive, as diferentes fases que este processo vivenciou em Regiões distintas.

Narraremos de forma paralela a caminhada missionária nas terras Européias e a chegada das missões nas terras recém ocupadas da América, principalmente no Brasil, pelas mãos das Ordens Religiosas. Estabeleceremos períodos cronológicos para ajudar a compreensão dividindo a evolução das missões em períodos e ao chegar ao século XX, debateremos a crise das missões, seus prováveis motivos bem como, o esforço da Igreja para resgatá-la.

A história do cristianismo, desde seu surgimento, confunde-se com a história das missões populares. De fato, é quase impossível separar a missão do cristianismo tendo em vista que, segundo a bíblia, o próprio Jesus deu poderes a seus discípulos para saírem evangelizando em seu nome quando disse: *“Ide por todo o mundo e anuncia o Evangelho Mc 16,9-15”*. Ao que nos parece, foi com essas supostas palavras de Jesus que a história conheceu pela primeira vez a idéia das missões populares que, nos séculos seguintes, se espalharam pelo mundo levando o cristianismo até as regiões mais remotas.

O surgimento da missão metódica e institucionalizada que temos hoje no catolicismo, e entre os protestantes, precisou ultrapassar algumas etapas em seus diversos tempos históricos para, aos poucos, evoluir adotando um modelo. A primeira barreira a ser enfrentada refere-se às restrições que havia ao exercício do ministério da

palavra durante a alta Idade Média,³ tal prática só poderia ser exercida por clérigos que possuíam cura de almas e em três momentos: Advento, Quaresma e durante as Celebrações como “explicação” da escritura que, na época, era lida em latim. Desta forma, os monges que não eram sacerdotes e principalmente os leigos ficavam proibidos de exercer o Ministério da Palavra e os monges sacerdotes poderiam pregar apenas as comunidades.

Quem se atrevesse a desobedecer tal preceito quase sempre, era desacreditado, hostilizado ou mesmo acusado de heresia. Antagonismos e desconfianças separavam aqueles que desejavam pregar livremente do grupo que defendiam o exercício do ministério da palavra como exclusividade daqueles que possuíam cura de almas. Tais conflitos, que custaram a ser superados, começaram a perder força quando o Papa Inocêncio III⁴ deu a São Francisco de Assis e a São

³ A Alta Idade Média é considerada como o momento de apogeu de todo o período medieval. Nesse período, que se passou entre os séculos 5 e 10, surgiu os feudos e se estabeleceram as relações de suserania e vassalagem. Outro aspecto importante deste período foi a consolidação do poder da Igreja Católica.

⁴Giovanni Lottario dei Conti di Segni, Papa Inocêncio III, nasceu em Anagni, Itália, em 1160. Sua eleição para o pontificado, como sucessor de Celestino III, ocorreu em 22 de fevereiro de 1198, antes de completar trinta e oito anos, tendo terminado a 16 de julho de 1216 com o seu falecimento. Empenhou-se, durante seu pontificado, na restauração do poder papal focado, sobretudo, na defesa dos Estados Pontifícios e na libertação da Igreja dos príncipes seculares ou seja, defendia que os príncipes seculares não deviam interferir nas escolhas dos Bispos. Vigoroso inimigo das heresias, estimulou e organizou várias campanhas, tanto pacíficas quanto violentas contra elas. No início de seu pontificado, 1199, incidiu sobre os albigenses, no sul da França e condenou traduções da Bíblia para o francês enviando, posteriormente, dois monges para ensinar aos Albigenses os ensinamentos católicos. Mudou sua postura, partindo para investidas violentas, após o assassinato de Pedro de Castelnau, um representante do Papa no território dos Albigenses, em 1208. Chegou inclusive, a convocar uma Cruzada à França para suprimir os Albigenses que durou até 1213. Inocêncio também decretou a Quarta Cruzada, de 1198, destinada a recuperar a Terra Santa do domínio muçulmano.

Inocêncio III contribuiu significativamente para o avanço das pregações itinerantes que evoluíram para a missão metódica nos séculos seguintes. Relatos oficiais narram que o próprio Inocêncio III afirmou, em 1210, ter tido um sonho no qual a Basílica de São João de Latrão (sede do papado) começava a desmoronar tendo sido sustentada por um único mendigo que sozinho, levantou-a novamente. Nos dias que se seguem ao sonho, São Francisco de Assis e mais onze franciscanos, pediram uma audiência com Inocêncio para que ele aprovasse seu modo de vida e a criação de uma Ordem dos Franciscanos. Motivado pelo sonho e acreditando que o mendigo que viu sustentando a Basílica era São Francisco aprovou, imediatamente, a criação da Ordem e deu-lhes autorização para pregar segundo sua profissão. Em 1216, ano do seu falecimento, concedeu a autorização para pregar livremente a São Domingos. Outra contribuição de Inocêncio III para a evolução das pregações ocorreu por ocasião do Concílio Ecumênico de Latrão, Roma, quando a confissão, um dos principais elementos das missões nos séculos seguintes, foi adotada como doutrina.

Domingos a “MISSIO” em 1210 e 1216 respectivamente (COSTA, 1983 apud GUGLIA, 1992). A partir deste momento, a pregação itinerante tornou-se permitida para todos e em função de sua profissão, mas os antagonismos só foram resolvidos em parte, acompanhando as lentas, porém, progressivas mudanças que o catolicismo sofreu ao longo dos séculos.

Portanto, nos parece claro que, durante a Alta Idade Média, a missão ou pregação itinerante, pouco evoluiu, tendo em vista que a pregação (ministério da palavra), que nos séculos seguintes vai compor uma das principais partes da ação missionária, esteve, durante muito tempo, restrita a pequenos grupos.

Apesar do avanço promovido por Inocêncio III, a missão, como já explicamos, pouco evoluiu neste período, em parte pelas discussões e antagonismos que persistiam em torno da pregação, mas, sobretudo devido à ausência de unidade entre os numerosos grupos que se espalharam para “salvar” ou evangelizar almas. Assim, a liberação do exercício do ministério da palavra a todos que desejassem fazê-lo, permitiu o surgimento da pregação, como expressão do carisma pessoal dos indivíduos que espontaneamente e alheios aos esquemas impostos pela doutrina, passaram a pregar utilizando linguagens populares, enfatizando os valores morais e apresentando-se como autênticos profetas, mas pouco acrescentou na evolução do método missionário propriamente dito. Várias congregações surgiram neste momento, mas se limitavam, na maioria das vezes, apenas a promover pregações penitenciais e a convidar o povo à conversão. Pregadores itinerantes percorreram a Europa entre os séculos XI e XII promovendo pregações em que prevalecia a espontaneidade, mas continuava a carência de métodos. Na região da França destacou-se Roberto de Abrissel (1050-1117), na Península itálica São Domenico di Sora (+ 1088) e na região da Alemanha São Norberto (1085 -1134) (MEIBERG, 1953 apud GUGLIA, 1992, p. 12).

Passados mais de um século da entrega da MISSIO a São Francisco de Assis e a São Domingos, observamos que as pregações itinerantes permaneceram quase que inalteradas no que se refere a métodos. A quase totalidade das pregações que movimentavam várias regiões da Europa na época conservava os mesmos

elementos das pregações dos séculos anteriores. Mesmo assim, os mendicantes de Santo Antônio de Pádua percorreram toda a Europa convidando o povo à penitência e à conversão, mostrando que, mesmo de forma desorganizada e carente de recursos metodológicos, as pregações cresciam quantitativamente:

Nos séculos XIV, XV a pregação sofreu uma complexa evolução: tendo-se tornado muito mais freqüente e difundida, por obra das Ordens Mendicantes, cedeu à moda, esqueceu as exigências pastorais e perdeu-se por entre esquemas, distinções e discussões escolásticas. Por outra parte, ganhou impulso e força por obra de grandes apóstolos como São Vicente Ferrer (1350-1419) e São Bernardino de Sena (1380-1444) (GUGLIA, 1992, p. 12).

O certo é que, mesmo de forma desorganizada, este primeiro momento que corresponde ao embrião da missão (cristianismo dos primeiros séculos) cumpriu, de alguma maneira, com o seu papel na difusão do cristianismo porque, até os dias atuais, é difícil encontrar alguma presença cristã católica que não resulte de uma missão que ocorreu em algum momento da história.

O surgimento da missão metódica vem com as profundas modificações surgidas na Igreja Católica, provocadas ou aceleradas, sem dúvida, pelo surgimento e expansão do protestantismo. A crítica protestante estremeceu a pastoral ordinária e extraordinária da Igreja Católica levando-a a reação que veio por meio do Concílio de Trento ou como popularmente chamamos de "contra-reforma"⁵. Esta situação tornou ainda mais complexo o processo de conversão dizendo-se que “a *presença de outras religiões* – o que pode criar, no campo missionário, um clima mais acirrado de competição religiosa, tornando mais problemático o processo de conversão da população local. (COPLEY, 1997; ION, 1992; PATHAK, 1967 Apud CAVALCANTI

⁵ O termo Contra-Reforma refere-se ao conjunto de providências tomadas pela cúpula da Igreja Católica para sair em contrapartida às críticas dos protestantes. Contudo, não podemos dizer que a Contra-Reforma implicou em mudanças radicais na doutrina Católica, houve na verdade, uma tentativa de reafirmar os Dogmas já existentes buscando com isso a unidade entre os Católicos em torno do poder papal. O combate as outras denominações religiosas e a expansão do catolicismo constituíram nas principais frentes deste movimento. O Concílio de Trento de 1542, assembléia que reuniu a cúpula da Igreja, convocados pelo papa Paulo III, oficializou as medidas tomadas pela Contra-Reforma. Neste Concílio ficou estabelecida a infalibilidade do pontífice bem como, a declaração do Índice, livros proibidos pela Igreja.

2011). Assim, o Concílio de Trento estabeleceu, além da reorganização das muitas comunidades religiosas já existentes, a criação de novas ordens, sobretudo dedicadas à missão, dentre as quais se destaca a Companhia de Jesus, ou Ordem dos Jesuítas, fundada por Santo Inácio de Loyola.

Avanços importantes podem ser observados com o Concílio, que ainda não mencionava o termo missão, mas que mesmo assim, contribuiu significativamente para seu aparecimento. Um dos avanços mais importantes estava na insistência com os Bispos da necessidade da pregação e o outro na importância do ensino do catecismo às crianças nos dias festivos. Esses dois elementos construíram as bases da missão porque tentam, mesmo que de forma primitiva, estabelecer o mínimo de unidade na Igreja para desta maneira resistir às críticas luteranas. Ou seja, a pregação manterá a unidade entre os fiéis católicos, já o ensino religioso garantirá a manutenção dos costumes. Portanto, entendemos que foi com o Concílio de Trento que a missão, mesmo sem ser mencionada, plantou as bases para o modelo metódico e institucional de missão que veremos no futuro.

As críticas protestantes levaram a própria Igreja Católica a avaliar suas ações que culminaram com o Concílio de Trento. Assim, percebendo a necessidade de reevangelizar seu rebanho, para responder as críticas luteranas que neste momento ganhavam força, a cúpula da Igreja Católica estava convencida que era necessário evitar, através da construção da sua unidade, que sua posição hegemônica frente à sociedade fosse ameaçada.

Combater a secularização do clero e juntamente com as novas e antigas congregações religiosas, reevangelizar os fiéis perdidos para o protestantismo ou para a vida secular, tornou-se então prioridade para a Igreja Católica no período pós o Concílio de Trento e, mesmo sem mencionar o termo missão, já fazia uso dele.

É evidente que o termo secularização não era mencionado, naquela época, com a clareza que é hoje, até porque a própria Igreja não conseguia definir de forma direta este termo. Mas mesmo de forma indireta, observamos que o Concílio de Trento faz menção a esta questão quando trata da:

[...] urgência de atuação para remediar os males da Igreja, seguindo o exemplo de Cristo e dos apóstolos; primado pela instrução religiosa; **necessidade da conversão**, a qual deve levar os fieis à observância dos mandamentos e a prática dos sacramentos; importância da confissão e da Eucaristia. Grifo nosso (GUGLIA, op. cit., p. 14).

Neste sentido observamos que, mesmo sem mencionar diretamente, a secularização é uma preocupação e que, portanto, este fenômeno acaba também encorajando a reevangelização, ou seja, a missão. O fato é que a ascensão do protestantismo deu novo fôlego às forças secularizantes que até então, o catolicismo conseguia conter por meio de interditos. Desta forma, a intervenção das missões foi necessária para evitar o esfacelamento do catolicismo tendo como principal ferramenta a reafirmação e a criação de interditos, ou seja, das formas de controle social. A este respeito define Durkheim:

Uma religião é um sistema solidário de crenças e de práticas relativas às coisas sagradas, ou seja, separadas, proibidas, crenças e práticas que unem numa mesma comunidade moral chamada Igreja todos aqueles que dela participam (DURKHEIM, 1989, p.79).

Assim, esse sistema no qual se refere Durkheim respalda, de forma eficaz, a sociedade simbolizada por representações do divino bem como, os rituais criadores de verdades que reforçam e mantêm a coletividade. Estes interditos garantiam o controle social e conseqüentemente, garantiriam a hegemonia católica.

Apesar da aparente preocupação com a quebra do monopólio religioso apresentado com a ascensão do protestantismo, que no nosso entender, foi o ponto de partida para os grandes embates entre as religiões, os quais Pierre Bourdieu chamou de campo religioso (BONNEWITZ, 2005), se faz pertinente observar que o Concílio de Trento não conseguiu mudar de forma instantânea, os posicionamentos, tão pouco os costumes da Igreja. As mudanças aconteceram de forma gradual e enfrentaram, dependendo da região, uma série de posicionamentos divergentes as determinações tridentinas. Analisando as divergências que, de certa forma, impediram a adesão total da instituição as resoluções de Trento conseguimos comprovar claramente o mérito da análise de Gramsci sobre a religião quando ele afirma que “Toda religião é na realidade

uma multiplicidade de religiões distintas e muitas vezes contraditórias” (GRAMSCI, apud Pierucci, 1978, p.12). Tal afirmação nos leva a concluir que as disparidades ideológicas da própria Igreja Católica que retardou a implantação das práticas conciliares atrasaram também o processo de institucionalização da missão, ou seja, assim como as medidas adotadas em Trento, a missão pelos mesmos motivos, atingiu a total adesão dos seus métodos de forma lenta e gradual agregando, evidentemente, experiências anteriores.

Evidenciadas as novas exigências sociais para a evangelização bem como, a adoção de novas medidas com Trento, observamos, a resposta das novas congregações e das antigas reformadas a situação incomoda que se mantinha a Igreja Católica:

As novas Congregações religiosas e as antigas Ordens renovadas souberam responder a tais exigências, não de modo ocasional e momentâneo, mas de modo sistemático e metódico. Nasceram assim os métodos missionários, muitas vezes codificados por decisões capitulares e sistematizados em diretórios e manuais (GUGLIA, 1992, p. 14).

Mesmo assim, a palavra missão, agora com sentido definido para a Igreja Católica, ainda é empregada com outras conotações:

A palavra “*missão*” aparece a miúdo, mas é usada em diversos sentidos. Pode indicar “*o mandato*” recebido dos superiores ou da Igreja para uma campanha de evangelização ou, em geral, a pregação de tipo apostólico-missionário, em contraste com a pregação em moda; pode indicar, enfim, a missão paroquial popular: esta última acepção é ainda vaga e rara e tornar-se-á específica no século seguinte (GUGLIA, 1992, p. 14).

A respeito dos criadores das missões populares bem como, da data exata de sua criação existem, até hoje, muitas controvérsias. “São Vicente de Paulo acreditava que ninguém antes dele houvesse pensado nas missões populares, embora dezesseis anos antes, em Nápoles, tivesse havido a primeira missão urbana” (GUGLIA, 1992, p. 15). Contudo, outros afirmavam que as missões nasceram em 1646 com o oratório do Padre. De Bérulle (1575-1629) (GUGLIA, 1992); Os Capuchinhos acreditavam que as missões nasceram nas Quarenta Horas (MEIBERG apud GUGLIA, 1992); “Muitos

Jesuítas, por sua vez, têm proclamado que as missões são sua especialidade indiscutível” (PEYROUS apud GUGLIA, 1992).

Portanto as missões surgiram, de forma gradual e fragmentada, para responder as exigências do seu tempo, mas se tornaram ainda mais necessárias e urgentes após a ascensão protestante.

Apesar do seu surgimento e de sua prática fragmentada, aos poucos a missão foi agregando valores e firmando-se, cada vez mais, como pastoral extraordinária da Igreja. Contudo, sua evolução veio a partir da criação e do aperfeiçoamento dos seus métodos desenvolvendo-se, principalmente, a partir de três pontos: Divisão de tarefas e diversidade de ministérios, ou seja, passa-se a distinguir os gêneros de pregação bem como, o pregador do instrutor; Aumento do tempo de duração das missões, de acordo com a necessidade local, para promover diversificadas ações e métodos que certamente, levaria a resultados mais concretos, sobretudo, no que se refere à conciliação, ao comportamento moral dos indivíduos e a instrução religiosa e o terceiro e não menos importante, refere-se à pregação itinerante que com as missões, estavam dispensadas da subordinação da liturgia podendo ser direcionada segundo a oportunidade dos ouvintes.

Dentre os principais pontos pelos quais se alicerçaram as missões metódicas destacamos a distinção da pregação dos momentos de instrução religiosa e a liberdade para pregar sem obrigação de seguir a liturgia diária. Sendo assim, destaca-se a figura do pregador que a partir deste momento tem a possibilidade de direcionar e aproximar suas pregações do povo, segundo as realidades distintas que se apresentavam, usando amplamente, o recurso hermenêutico da linguagem para adaptar suas palavras e torná-las inteligíveis. Nesse sentido, o aprimoramento da linguagem, numa época de escassez de recursos, se faz imprescindível para a evolução da missão. Geffré nos fornece um bom campo para reflexão nesse sentido afirmando que: “Uma das tarefas da hermenêutica é discernir os elementos fundamentais da experiência cristã e dissociá-los das linguagens nas quais esta experiência foi traduzida” (GEFFRÉ, 2004 p.37).

Ao longo dos séculos a missão popular foi evoluindo nos seus métodos, agregando valores, sem se desprender da obediência institucional a Igreja, ao contrário, serviu de mecanismo para a expansão do catolicismo por todo o mundo e ainda hoje ocupa o papel de força otimizadora na manutenção de tal doutrina. Contudo, reafirmamos que muitos séculos se passaram, para que a missão atingisse a maturidade que a tornou, como pastoral extraordinária, imprescindível para o futuro da Igreja Católica. Assim, se faz necessário indicar, não de forma rígida, mas como linha de orientação, que certamente serão úteis para uma futura pesquisa os seguintes dados:

Século XVI: início da missão metódica. Entre 1590-1599; Século XVII: formação dos métodos missionários. Formam-se e difundem-se, de modo independente e quase contemporâneo, em duas direções, os métodos dos Jesuítas na Itália e dos Padres da Missão, na França; Século XVIII: autocrítica dos métodos missionários e seleção dos elementos melhores; Séculos XIX – XX: adaptação as condições sociais; Na segunda metade do século XX assistimos a uma profunda crise [...] (GUGLIA, op. cit., p. 19).

Alguns momentos históricos contribuíram significativamente para a expansão do cristianismo na direção das regiões mais afastadas da Europa. Dentre os principais destacamos o período de formação dos Estados Modernos em que os poderes estavam novamente centralizados nas mãos dos reis. Esse renascimento da figura monárquica resultou de alianças com a burguesia que viam nos estados centralizados a possibilidade de expansão dos seus negócios em segurança. Assim criam-se as bases para o mercantilismo, modo de produção diferente do visto na Idade Média, baseado no acúmulo de riquezas através da expansão comercial ultramarina. A transição para os Estados Modernos ocorreu como tudo na história, de forma gradual e contínua aproveitando-se das próprias contradições do modo de produção feudal bem como, das inovações tecnológicas que surgiram ao longo dos séculos. Toda essa conjuntura vai levando aos poucos a presença cristã católica a regiões mais longínquas, a bordo de embarcações destinadas a práticas comerciais, até o momento em que os turcos derrubam o Império Bizantino em 1453 e passam a controlar as rotas comerciais do mar mediterrâneo. Esse evento vai acelerar o estabelecimento de novas rotas comerciais

em direção ao oriente e levará ao “descobrimento”⁶ das terras do continente americano dando início a uma modalidade de missão nas terras recém descobertas que resulta da união de Igreja e Estado. Ou seja, a conversão tornara-se instrumento de dominação.

Apesar dos esforços para converter ao cristianismo, a nova colônia portuguesa em terras americanas, observamos, que muito pouco do catolicismo oficial romano chegou ao Brasil nos primeiros anos das missões. As missões portuguesas plantaram as primeiras sementes do cristianismo no Brasil, mas trouxeram para esta terra um catolicismo ibérico carregado de tradições e costumes dos portugueses que destoavam do catolicismo puramente romano. Ou seja, o catolicismo trazido para o Brasil, com os primeiros colonos, detinha em sua essência, o caráter popular dos últimos séculos da Idade Média. Desta forma, entendemos que o catolicismo popular desenvolveu-se espontaneamente nestas terras misturando-se com elementos indígenas, africanos e inclusive, com contribuições orientais, trazidas nas caravelas que voltavam da Índia ou da China (COMBLIN, 1966).

Além disso, devemos considerar que os primeiros jesuítas que chegaram ao Brasil adotaram métodos próprios para chegar à conversão dos nativos dada à carência de métodos que ainda havia. O próprio nascimento das missões metódicas data oficialmente do final do século XVI e só chegaria ao Brasil, com muita dificuldade, com os bispos reformadores. Neste sentido, observamos que os primeiros anos dos missionários portugueses nas terras do além-mar foram marcados por improvisos metodológicos, limitações de contingente e principalmente de recursos. Contudo, ao que nos parece, o objetivo de “salvar as almas” dos nativos e com isso consolidar o domínio da metrópole na Região sempre esteve bastante claro tendo sido alcançado com relativo êxito.

⁶ O termo descobrimento foi amplamente utilizado pela historiografia oficial para fazer referência à chegada do colono europeu, independente da nacionalidade, as terras da América, África e em algumas regiões do oriente. Contudo, ao utilizarmos tais termos, é necessário esclarecer que se trata de uma construção histórica em favor do colono que ignora toda uma história vivida em épocas anteriores a sua chegada.

Retornando ao caso europeu devemos considerar que a evolução das missões ao longo dos séculos coincidem, principalmente, com épocas em que era cerceada a liberdade das sociedades através da proximidade do poder temporal para com a ordem religiosa. Sendo assim, entendemos que o paralelismo que constituía as relações entre a ordem política/temporal e a ordem religiosa/sobrenatural de alguma forma, favorece a difusão das missões populares:

As missões populares não entram na estrutura da Igreja e do Estado, não são objeto de leis e de regulamentos, não são consideradas “instituições”, mas intervenções proféticas quase “fora da lei”. Algumas vezes são favorecidas, outras vezes impedidas ou proibidas, mas caminham sempre independentes com um dinamismo interno autônomo e com métodos que nascem, se desenvolvem, se modificam sem que intervenham a autoridade civil ou religiosa. Se pontífices ou bispos, príncipes ou governantes foram envolvidos, foi a título pessoal, pela própria conversão e salvação eterna, ou pela salvação do próprio rebanho (GUGLIA, op. cit., p. 21).

Entendemos, portanto, que as missões populares mantiveram-se independentes das intervenções do poder temporal bem como, da ordem religiosa vigente garantindo com isso, a autonomia para mobilizar multidões nas paróquias e Dioceses e de difundir com isso, além da necessidade da conversão, a liberdade da palavra e da ação frente à prepotência dos poderosos. Observa-se, portanto, que o caráter independente das missões populares da Europa prejudicava e muitas vezes, impedia ou dificultava a realização das missões, mas mesmo assim dava aos missionários a condição moral de arregimentar multidões para evangelização dando exemplos de desprendimento e procurando não interferir nas estruturas sociais ou eclesiásticas. Desta forma, procuravam se manter a parte das estruturas materiais porque na realidade estavam preocupados com a conversão pessoal e a salvação eterna dos indivíduos inclusive, dos poderosos.

Dentro desse contexto, das missões se mantendo a margem das estruturas políticas e eclesiásticas, observamos a capacidade de adaptação dos métodos missionários às realidades locais em que era inserido cada movimento missionário, ou seja, mesmo tendo neste período, uma metodologia definida, os métodos procuram

responder às necessidades concretas da pastoral aprimorando-se e selecionando as abordagens observando principalmente, as condições culturais das comunidades. Essa característica tornou as missões um dos principais acontecimentos, senão o principal, da vida social da época⁷. Contudo, apesar das variações regionais, as missões vão inserir suas ações sempre em três frentes distintas: a instrução religiosa que serve de instrumento preventivo contra as heresias, o combate as práticas ligadas aos prazeres da carne e aos vícios e finalmente a dimensão conciliatória que evita os conflitos ou concilia os desafetos como condição indispensável para a aproximação dos sacramentos.

Alguns desses elementos foram introduzidos no Brasil pelos Jesuítas já com os primeiros missionários, todavia, não podemos confundir as missões populares que aconteciam em terras européias com as que estavam inseridas no projeto colonizador da coroa portuguesa, tendo em vista que as européias preocupavam-se em manter-se a parte do poder estatal, já no segundo caso, observamos uma interdependência dos poderes temporais com os eclesiásticos.

Os jesuítas, José de Anchieta e Manoel da Nóbrega, foram os principais protagonistas do início do processo de conquista espiritual das Américas, em que o poder político e a autoridade eclesiástica, reconheciam sua recíproca interdependência, procurando tirar inclusive, vantagens dessa relação (SUESS, 2001). Desta forma, observamos que Igreja e Estado lançaram-se juntos no projeto de colonização em que a conquista espiritual e a consolidação do domínio territorial se complementavam:

Quando “Sua Alteza [determinou] mandar doze homens pelo sertão a descobrir ouro – Anchieta, o recém-chegado missionário, escreve com certa ingenuidade – [o governador Tomé de Souza] pediu um padre, que fosse com eles em lugar de Cristo para que não fossem desamparados”. E Anchieta pondera: “Eles vão buscar ouro e ele [o padre Navarro] vai

⁷ É pertinente lembrar que em algumas Regiões do Nordeste brasileiro as missões, mesmo no século XX, transformaram-se no mais importante acontecimento das comunidades locais, a exemplo do que acontecia em épocas remotas.

buscar tesouro de almas, que naquelas partes há mui copioso” (VIOTTI, apud SUESS, 2001, p. 41).

Percebe-se, portanto que os missionários sabiam que sem o auxílio das armas seria praticamente impossível se lançar pelos sertões do Brasil colônia em busca da conversão dos nativos. Mas por outro lado, era óbvio para a administração colonial bem como, para a coroa portuguesa, que as missões promoveriam a pacificação dos nativos que constantemente investiam contra os colonos. Neste sentido, observamos que a forma como se tentara chegar à conversão dos nativos nos primeiros anos do Brasil colônia, divergia da maneira que se buscava a conversão dos europeus do mesmo período:

Parece-nos agora que estão as portas abertas nesta capitania para a conversão dos gentios, se Deus Nosso Senhor quiser dar maneira com que sejam sujeitados e postos sob o jugo. Porque, para este gênero de gente, não há melhor pregação que espada e vara de ferro, na qual, mais que em nenhuma outra, é necessário que se cumpra o *compelle eos intrare* (GUGLIA, op. cit., p. 42).

Neste mesmo período ganhava força, pelas mãos do Padre Claudio Acquaviva SJ (1543 – 1615), quinto superior da Companhia de Jesus, a construção dos centros missionários também conhecidos por missões ou reduções. Assim criava-se o caráter permanente das missões que passaram a ser exercida em ambiente favorável a instrução religiosa cristã, ao trabalho, a penitência que afastava os nativos de práticas consideradas como pecaminosas e que desenvolvia um comportamento manso.

Não é possível apontar, precisamente, um período para o nascimento das missões, mas o século XVII é, no nosso entender, de grande importância na construção deste processo imprescindível para a expansão do catolicismo pelo mundo. Podemos apontar a multiplicação dos centros missionários pelas Américas como um dos momentos marcantes na construção e no aperfeiçoamento dos métodos missionários ao longo da história, mas nos parece justo ressaltar que estes métodos, mesmo tendo sido adaptados as condições locais, vieram de grandes centros disseminadores de novos métodos missionários como o criado pelo Pe. Pierantonio Spinelli em 1601 na

cidade de Nápoles. Padre Spinelli (1555 – 1615), que primeiro levou a atividade missionária para o coração da cidade, superou as desconfianças dos próprios confrades, e a partir dos quarteirões mais populares, iniciou a missão napolitana (BARONE, apud, GUGLIA, 1992).

Nápoles tornou-se rapidamente um importante centro disseminador das missões sendo inclusive, berço da criação de várias congregações de sacerdotes que realizam, de modo diverso, o objetivo missionário por meio de missões, de exercícios espirituais e de catequeses. Essas congregações vão aprofundando os elementos da eloqüência missionária e aos poucos destacando os três momentos principais das pregações: doutrina, moção dos afetos e prática. Neste sentido, vão surgindo e aos poucos serão introduzidos alguns elementos que tornaram as missões, até os dias de hoje, grandes acontecimentos populares:

As chegadas solenes com procissão eucarística; As caminhadas noturnas pelas ruas, com “*proclamações terríficas*”; As conferências para as várias categorias, especialmente para os principais do lugar e mestres-escolas; As comunhões gerais, preparadas por dias de adoração ao SS. Sacramento e freqüentadas por milhares de fiéis(GUGLIA, op. cit., p. 31).

Além de observarmos a importância da missão napolitana na construção e incorporação de novos métodos as práticas de conversão, destacamos também, o caráter inovador do Pe. Pierantonio Spinelli que, como já foi dito, trouxe as missões para o espaço urbano. Vale destacar também, a participação leiga no processo de evangelização que participava com entusiasmo das pregações e penitencias que muitas vezes levava-os a cometer excessos. Contudo, esse ambiente de fervor missionário levava a numerosas conversões.

Podemos afirmar, portanto, que a partir da primeira missão urbana de 1601, iniciou-se em Nápoles um grande movimento missionário que só perderia força no século XVIII por ocasião da supressão dos jesuítas:

Em 1602 o Vem. Carlo Carrafa (1561-1633) fundou a primeira Congregação dedicada principalmente às missões catequéticas, ditas “Da Doutrina Cristã” (em 1621, por vontade de Gregório XV, tomará o

nome de Pios Operários). Em 1611 o Pe, Pavone fundou a Congregação de Maria SS. Assunta e de São Carlos, chamada depois “Da Conferência”, também dedicada às missões. Em 1646 o seu colaborador, Sansone Carnevale iniciou a Congregação da Propaganda, denominada “Degli Illustrissimi”, que fez escola em todo o reino. Em 1680 o Ven. Pe. Antônio Torres, dos Pios Operários, dá vida à Congregação da Pureza. Completará o quadro no século XVIII, Santo Afonso com os redentoristas, em 1732 (GUGLIA, op. cit., p. 33).

Historicamente é importante ressaltar que durante o século XVII, três importantes acontecimentos modificaram o cotidiano da população napolitana e por isso, influenciaram diretamente no decorrer das missões: Erupção do Vesúvio 1631, revolta de Masaniello 1647 e a peste 1656. Esses acontecimentos dizimaram, além da população local, grande número de missionários e forçaram os que restaram, mesmo em menor número, a promover uma assistência quase que heróica, sobretudo às vítimas da peste.

A assistência física e religiosa prestada pelos missionários à população faminta e doente, combinada com a necessidade das pessoas de se aproximarem do sagrado nos momentos de dificuldade, rendeu grandes frutos na prática da conversão e proporcionaram um crescimento ainda maior e mais incisivo das missões.

Aos poucos a experiência missionária napolitana vai se expandindo, sobretudo pelas mãos dos Pios Operários que, além disso, adaptaram, a partir de observações dos métodos em voga, alguns métodos usados pelas congregações da época principalmente práticas penitenciais:

A confissão de toda vida não se deve exigir de todos, e nunca permitir confissão pública; ao julgar os pecados, escolher a opinião mais benigna, contanto que seja provável; não adiar a absolvição (era praxe comum) mas ouvir os penitentes enquanto estão bem dispostos; cuidar da integridade formal da confissão e absolvê-los; as penitências públicas que se impõem aos seculares devem ser evitadas – produzem uma momentânea edificação mas depois as pessoas se riem; a comunhão geral não é o fim da missão e não deve ser tomada como critério para julgar-lhe o sucesso, mas, sim a verdadeira conversão e o ouvir da palavra; muitos missionários fazem penitência pública e fazem bem, mas é melhor e mais eficaz obter a conversão com a pregação sobre o crucificado; não prolongar por mais de dez dias a pregação para não

cansar os fiéis, mas ficar mais tempo para ouvir as confissões[...] (GUGLIA, op. cit., p. 34).

A missão napolitana que aos poucos se expandia, com os Pios operários, ganhou ainda mais relevância quando Clemente VIII desejou que fossem realizadas missões com seus moldes em Roma e nos Estados Pontifícios. Uma capela para as obras missionárias chegou a ser construída nas vizinhanças do Colégio Romano e a região passou a ser constantemente visitada por missões sistemáticas. Aos domingos a “missão” que se compunha de sacerdotes e fiéis saía do Oratório “Caravita” dirigindo-se para a igreja escolhida, escolhia-se uma igreja por mês. Ao chegar, havia prédica e catecismo. Os estudantes do Colégio Romano juntavam gente nos arredores e depois, todos voltavam ao Oratório para rezar e se confessar. Sempre no último domingo de cada mês fazia-se à comunhão geral. “A obra da missão urbana cresceu continuamente. Por ocasião do jubileu de 1625, o número de comunhões chegou a cifras astronômicas: 60.000 em outubro no Latrão, 70.000 em Sta. Maria Trastévere, em dezembro” (GUGLIA, op. cit., p.35).

Podemos observar, portanto, que muitas foram às contribuições que levaram as missões a firmar-se como grande ferramenta seja na construção, ou na reconstrução do sentimento de pertença do povo para com o catolicismo. Por meio das ações missionárias a Igreja Católica expandiu-se do oriente as terras recém colonizadas do ocidente, forjando no imaginário das massas, a identidade religiosa de cada indivíduo, agregando inclusive, seus costumes e devoções populares. Seu caráter específico fará com que sua importância atravesse os séculos e se adapte as diferentes realidades de cada região tornando-a uma prática de pastoral extraordinária de essencial importância, sobretudo nos séculos seguintes.

O século XVIII será conhecido como o século das missões italianas, mas já é possível observar a expansão de movimentos missionários em várias regiões da Europa, oriente e nas colônias espanholas e portuguesas na América. Tais movimentos sofreram com a consolidação das idéias iluministas que pregavam a início de uma nova era iluminada pela razão. Surge, por exemplo, o racionalismo de Descartes que levado

ao extremo chega ao ceticismo religioso os "libertinos" que adotavam uma posição de indiferença para com a religião.

As monarquias desejavam o controle da vida eclesiástica, movimento que ficou conhecido como "Regalismo", fazendo com que Roma perdesse parte considerável do seu poder. O objetivo principal era fazer da Igreja um serviço público, subordinado ao rei, consequentemente, integrante do aparelho estatal. Tais concepções eram características do Despotismo Ilustrado⁸. A Igreja Católica seria desta forma, a única religião oficial do Estado estando inclusive, sob total domínio do monarca e desconfiança em relação a Roma. Observaremos com isso, que o principal alvo desta concepção anti-romana foi a Companhia de Jesus, principal ferramenta sob o domínio papal. Desta forma, os jesuítas foram expulsos de Portugal, da Espanha, de Nápoles e da França e finalmente foram dissolvidos por Clemente XIV.

No Brasil o século XVIII entrou para a história como "o século do ouro" devido a descoberta do minério na região das minas gerais. Os missionários da Companhia de Jesus foram acusados de excesso de proteção aos nativos e combinado com todo o movimento de oposição a Roma que havia na Europa foram expulsos do Brasil em 1759, por decreto do Marques de Pombal que também determinou a expulsão dos jesuítas de Portugal. Mais de seicentos missionários que evangelizavam no Brasil

⁸ O crescimento dos ideais iluministas, surgidos no século XVIII, abriu as portas para um conjunto de transformações que ultrapassaram o universo letrado e burguês. Era o início de um movimento que se convencionou chamar de despotismo esclarecido cujos preceitos estabeleceram transformações no interior de algumas monarquias absolutistas européias. Os tronos da Rússia, França, Áustria e da Península Ibérica foram os principais focos dessa redefinição política.

Sem abandonar os benefícios monárquicos, os reis desses países desejavam dominar alguns saberes considerados úteis na tomada de decisões político-administrativas. Desta forma, o monarca dominaria os princípios iluministas ou, ao menos, estaria assessorado por intelectuais que conhecessem as importantes obras do pensamento filosófico e econômico iluminista. Assim, a razão ganhou espaço no cenário político europeu.

Convictos de que o rei era a personificação do Estado fez com que os governos delegassem cargos a indivíduos sintonizados com as necessidades racionais do governo. Ministros e filósofos passaram a ser os principais conselheiros dos monarcas e por isso, a Igreja, representada pelo Alto Clero, perdeu parte de sua influência anteriormente exercida junto às monarquias.

Em Portugal, o marquês de Pombal foi o representante do governo de Dom José I (1750 – 1777). Sua ação administrativa também teve reflexos na relação colonial com o Brasil tendo em vista que foi ele o responsável pela expulsão dos jesuítas, que representavam uma "ameaça" à supremacia política da Coroa em terras brasileiras.

foram encarcerados, postos incomunicáveis, levados à Portugal e alguns foram transportados para os Estados Pontifícios. Com a expulsão dos missionários jesuítas vamos observar uma considerável desaceleração do processo de evangelização e abertura do espaço para o crescimento de irmandades e confrarias de leigos que separaram, ainda mais, a prática cristã católica vivida no Brasil do catolicismo romano.

A expulsão dos jesuítas de várias regiões do mundo e sua posterior supressão podem ser vistas como um regresso nas atividades missionárias e logicamente no avanço do catolicismo principalmente nos territorios mais remotos. Contudo, ao voltar ao caso italiano, observaremos que várias missões cruzaram o país e se expandiram por várias regiões. Os próprios jesuítas contribuíram neste processo de forma efetiva nos anos anteriores a sua supressão. Mas vale ressaltar principalmente, o grande avanço dado no sentido de uma obter uma maior seleção dos métodos e do seu aprimoramento:

O século XVIII é o século das missoes populares na Itália. Basta pensar que eram contemporaneos São Leonardo de Porto Maurício (1676-1751), São Paulo da Cruz (1694-1775) e Santo Afonso de Ligório (1696-1787). Os dois primeiros da Itália centro-setentrional; o terceiro do Sul, sendo dois fundadores de Congregações exclusivamente missionárias. Toda a Itália foi varrida pelas missões. Algumas das quais tiveram enorme ressonância, como as de 1749 em Roma, pregadas por São Leonardo em preparação do ano jubilar (GUGLIA, op. cit.,p. 40).

A esta altura a missão já era conhecida por todos, exaltada por alguns, criticada, reestudada, defendida e aperfeiçoada por outros. Todavia, em todos as suas formas, percebia-se elementos de fácil identificação:

[...] escolha do tempo e do lugar, preparação do material e espiritual, preparação dos leigos e do clero diocesano, distribuição dos encargos entre os colaboradores, regulamento interno da comunidade missionária, horário, funções, sermões, catequeses, conferências às várias categorias, organização de profissões e manifestações externas, temas a tratar, duração das meditações, providenciar confessores numerosos e bem preparados para facilitar a confissão bem feita, êxito das primeiras comunhões e das comunhões gerais, valor e limite das penitências públicas,aparelhagem geral, tais como tablados, púlpitos, estandartes, imagens do Crucificado e da “Madonna” etc. [...](Ibid, p.40).

Portanto, independente de onde fosse, as missões passaram a organizar-se basicamente da mesma forma, submetendo-se inclusive, as mesmas dificuldades que na época, já se referiam aos meios de perseverança. Ou seja, para sair em contrapartida à crítica mais insistente que as missões eram fogo de palha (D'ARIA, apud GUGLIA, 1992).

Os meios de perseverança passaram a ser uma preocupação constante dos missionários durante o século XVIII que tentavam a todo custo, desenvolver formas de desencadear um estado missionário permanente nas regiões já atingidas a priori pelas missões. Entre os esforços implementados no sentido de inserir meios de perseverança destaca-se o pioneirismo do Pe. Lentini, SJ que durante a missão de Messina, novembro de 1747 até a páscoa de 1748, conseguiu inserir os retiros fechados (GUGLIA, 1992). Padre Lentini, estando em Messina, após concluída a primeira semana de pregação, fez com que circulasse, por todo o clero, uma lista em que os convidava a participar do exercício. Logrou êxito, com o arcebispo e mais vinte e oito prelados que:

Dirigiram-se em procissão para o convento dos capuchinhos, e aí ficaram oito dias de reclusão, interrompida somente por uma procissão pública de penitência. O exemplo foi eficaz pois um segundo curso reuniu oitenta, e um terceiro cento e cinquenta. Em seguida foram convidados os leigos. O primeiro curso reuniu cinquenta notáveis, à frente o governador, por oito dias de reclusão no convento dos capuchinhos. Duzentos burgueses e artesãos tomaram-lhes depois o lugar, enquanto os negociantes, ainda mais numerosos, se retiraram também, seguidos depois pelos estudantes e outros jovens (GUGLIA, op. cit.,p. 44).

Tal método voltado principalmente, para a instrução religiosa e a penitência, possibilitaram à continuidade das missões nas regiões recém-evangelizadas tendo sido amplamente difundido posteriormente, por redentoristas e capuchinos.

No final do século XVIII, vamos observar uma transformação no mundo missionário causada pela supressão dos jesuitas e pela Revolução Francesa que levou a suspensão da atividade missionária em várias regiões da Europa. O retorno das práticas missionárias vieram, mesmo em condições adversas, a partir do resgate de

antigos métodos dos grandes nomes das missões daquele século. Contudo, não observa-se grandes evoluções no que se refere a métodos, neste período, mas uma tentativa de adaptá-los as novas realidades.

A necessidade da instrução e da conversão, fez com que a catequese e as meditações fossem incentivadas insistentemente. Como consequência, surgiram as conferências apologéticas, instrumento de defesa contra o racionalismo. Os cânticos, procissões, calvários, renovação dos votos do batismo, consagração a Nossa Senhora entre outros foram amplamente utilizados. A confissão geral, de toda vida, ainda foi motivo de insistências e as procissões eucarísticas com comunhão, cercadas de solenidades. Tudo que era contra fora amplamente combatido, tendo inclusive, registros de queima de livros. Cuidou-se da perseverança, por meio do resgate das antigas confrarias e congregações e instituiu-se novas e mais modernas associações. Contudo, as cerimônias externas e penitenciais foram desestimuladas (GUGLIA, 1992).

Essa tentativa de recolocar as missões como principal instrumento de conversão popular vai coincidir com as guerras napoleônicas na Europa e, como em épocas anteriores, estimulará as massas em situação difícil a encontrar no sagrado o apoio para o desastre moral e material que sucedem as guerras. Desta forma, as missões florescem novamente rendendo numerosas conversões, mas agora, preocupadas em adaptar-se as novas realidades e em conciliar a Fidelidade aos métodos tradicionais, ao caráter extraordinário e sobretudo, as novas exigências trazidas com as mudanças sociais (Ibid, 1992).

Aos poucos as atividades missionárias foram tomando forma no transcorrer do século XIX de acordo com a metodologia que cada congregação julgava adequada. Por certo houveram controvérsias entre avanços e apego às tradições, mas mesmo com opiniões divergentes o ressurgimento das práticas missionárias é inegável tendo atingido inclusive, as terras ocidentais.

A chegada do século XIX modificou profundamente a situação política da colônia brasileira, mas não abriu as portas para o ressurgimento das missões populares que desde a expulsão dos jesuitas de Portugal e suas colônias em 1759 sofria um

período de desaceleração ficando a mercê do catolicismo devocional das irmandades e confrarias. Esse panorama permanecerá inalterado mesmo com a chegada da família real no Brasil em 1808 quando o Brasil de colônia passa a sede do Império Português. Essa inverção político-administrativa lançou, a longo prazo, as bases para o processo de independência que se concretizara em 1822 com D. Pedro I, contudo, apesar da independência política, não observaremos uma mudança no panorama religioso vivido no Brasil daquela época. Ao contrário, mais uma vez a religião será legitimada como instrumento estatal tendo sido separada do Estado, com muito custo, no final do regime monárquico.

A constituição de 1824 declarou que o catolicismo era a religião oficial do império que acabara de tornar-se independente. Em 1827, a Santa Sé concedeu oficialmente o padroado régio ao império brasileiro conferindo ao imperador D. Pedro I o direito de decidir acerca dos assuntos eclesiásticos, apenas informando ao Pontífice as suas decisões. Portanto, enquanto as novas congregações missionárias ressurgiam na Europa, o padroado mantinha a evangelização no Brasil entregue a práticas devocionais típicas do catolicismo popular. A ingerência do Estado para com os assuntos eclesiásticos motivaram descontentamentos de membros do episcopado, sobretudo os de formação européia. Todavia, o ponto de partida para uma tentativa de consolidar o catolicismo tridentino no Brasil, veio diretamente da Santa Sé que precisou, antes de qualquer coisa, mudar suas concepções e reformar seus quadros. “A partir do pontificado de Pio IX (1846-1878), o Vaticano tratou de afirmar o predomínio espiritual da Igreja no mundo, além da condenação ao modernismo” (AZZI, 1974, p.646).

Essa mudança de atitude por parte do Vaticano motivará um grupo de bispos que nas décadas seguintes implementarão um modelo de catolicismo orientado pela Santa Sé em oposição ao controle estatal sobre os assuntos eclesiásticos. Assim, surge o movimento de reforma tridentina dentro da Igreja brasileira que deseja, além do fim do padroado, a reforma do clero, impregnado pela vida desregrada e pela corrupção. A vanguarda reformista, liderada por Dom Vital Oliveira OFM Cap, bispo de Olinda e por

Dom Macedo Costa, Bispo de Belém do Pará, protagonizaram um dos episódios importantes nos anos que antecederam a proclamação da república:

D. Vital de Oliveira, o jovem bispo Capuchinho de Olinda, em Pernambuco – tinha apenas 29 anos de idade – e que havia recebido formação na França, não aceitava as ingerências do Estado na Igreja. Em 1872, proibiu os maçons de fazerem parte das irmandades da diocese. A maçonaria era numericamente pequena, mas tinha influência nos círculos dirigentes. Os maçons apelaram para o Imperador que lhes deu razão. Dom Vital e, logo depois, Dom Macedo Costa, em Belém do Pará, foram presos. A tempestade só amainou depois de um arranjo (1874-1875) que resultou na substituição do gabinete Rio Branco, na anistia dos bispos e na suspensão pelo papa das proibições aplicadas aos maçons (FAUSTO, 1996, p.229).

Este episódio, que ficou conhecido na historiografia brasileira por “Questão Religiosa” é no nosso entender, um importante elemento pelo qual se pode analisar a situação religiosa do Brasil em todo o século XIX. Sendo assim, concluímos que a missão neste período sofreu uma espécie de estagnação motivada pela crise do clero, entregue a vida mundana, pelo número reduzido de congregações religiosas, pela prática no meio popular de um catolicismo devocional, descompromissado com a Igreja tridentina e principalmente, pelo regime do padroado que impedia, em nome dos interesses do Estado, a reforma religiosa desejada pelos bispos reformadores. Todo este período começou a ser superado com a proclamação da república em 1889 que decretou o fim do padroado e conseqüentemente separou a Igreja do Estado.

O movimento de romanização passara a ser incontestável frente a nova conjuntura que se apresentara, várias congregações dedicadas a missão começam a se instalar no território brasileiro na virada do século XIX para o século XX. Dioceses foram criadas nas regiões mais remotas, como forma de garantir a presença católica, e entregues sob o comando de bispos com formação tridentina que por sua vez, se encarregaram de formar um novo clero. A missão, mais uma vez, passa a ser estimulada como forma de garantir a presença católica no meio do povo, contudo não se pode negar que inúmeros resquícios permaneceram e permanecem após séculos de um catolicismo marcadamente devocional e sincrético.

O panorama mundial das missões populares durante a primeira metade do século XX é no nosso entender, positivo tendo em vista que o processo de adaptação dos métodos as novas realidades apresentadas provocavam abordagens diferenciadas que conseguiam tocar as pessoas com mais facilidade. Todavia, não podemos ignorar o fato de que neste período de praticamente meio século ocorreram dois conflitos de dimensão mundial e como já falamos anteriormente, estes períodos difíceis são fecundos para a procura em massa do sagrado ou seja, o povo tende a responder mais facilmente aos apelos missionários quando encontra-se em situação desesperadora.

A condição favorável permaneceu inalterada até a década de 60 quando uma profunda crise desestimulou as práticas missionárias. Não se pode falar com exatidão em causas para tal acontecimento, mas apontaremos alguns elementos que servirão como instrumentos de análise ou crítica:

1. O hedonismo crescente com o aumento do bem-estar, exaspera a sede do prazer e amortece o senso do dever;
2. O permissivismo que extingue a consciência do pecado e proclama lícito o que se tem sempre condenado por ilícito. Recentemente a legislação sobre o divórcio e sobre o aborto tem desagregado as famílias e obscurecido as consciências;
3. A mania de eficiência que faz julgar tempo perdido tudo o que não produz bens terrenos;
4. A mentalidade terrena na qual “emerge em primeiro plano, a categoria da posse, a categoria do ter”(João Paulo II, *Redemptionis Dnum*, nº4). O homem é projetado nos bens externos e foge ao chamamento dos valores íntimos, transcendentes e eternos;
5. A difusão do secularismo e do ateísmo de massa, “um ateísmo antropológico, não mais abstrato e metafísico mas pragmático, pragmático e militante”(Paulo VI, *E.N.55*);
6. A atmosfera abrasada das questões sindicais e políticas, a nefasta confusão entre cristãos e democrata-cristãos, a atitude hostil dos marxistas e sua relativa excomunhão. Esta fora restringida àqueles que professam a doutrina materialista-atéia, recaindo, então, automaticamente, nos cânones 1325 e 2314 do Direito Canônico, referentes aos apóstatas da fé; mas foi entendido isso como proibição a todos os comunistas de frequentarem a igreja e ouvir as pregações;
7. O ritmo da vida diária, diverso daquela sociedade agrícola e artesanal; o afastamento do lugar de trabalho: trabalhadores que moram em outra cidade, nas cidades-dormitório, os quais não ouvem o chamado à religião, nem mesmo nos tempos fortes de missão;
8. O turismo de massa com os deslocamentos festivos, a paixão do esporte e da TV que afasta da igreja nos domingos e à noite, nas horas melhores para a atividade missionária;
9. Enfim, a explosão pós-conciliar, que desorientou missionários e fiéis, pôs em crise as motivações fundamentais da missão: a salvação pessoal e da

alma como o “unicum necessarium”, a gravidade do pecado, o verdadeiro sentido da paixão redentora de Cristo, a necessidade da confissão-penitência e especialmente o conjunto das “verdades eternas”(GUGLIA, op. cit., p. 60).

Desde então, teve início a partir das bases um movimento de encorajamento das missões que logo foi aderido pela alta cúpula da Igreja. Muitos caminhos foram experimentados, mas entre todos, a missão se mostrava mais adequada e por isso, necessitava ser resgatada e reorganizada para voltar, como forma clássica de pastoral extraordinária, a tocar as pessoas a conversão. Entretanto, mesmo com a grande crise que se instalara, algumas congregações de essência missionária resistiam bravamente aos tempos difíceis experimentando novas formas de evangelizar e acreditando na possibilidade de adaptar a ação missionária as novas realidades. Um importante impulso para o encorajamento das missões, após a década de sessenta, veio com o primeiro Congresso nacional sobre as Missões populares para os anos 80 realizado em Roma em 1981. Este evento foi, no nosso entender, uma manifestação clara que, nos grandes escalões da Igreja Católica, desejava-se a retomada das missões e seu rejuvenescimento. Como observamos nas palavras do Papa João Paulo II no próprio discurso da sua abertura:

Exprime “a alegria muito grande, a satisfação e o apreço pela magnífica iniciativa. O reconhecimento meu e de toda a Igreja pelo empenho e boa vontade em manter e atualizar a pia e eficaz prática das Missões Populares”. Relembra “os grandes padres e grandes santos, homens geniais e concretos que mantiveram, como máximo valor, as Missões Populares”. Expõe as condições e os fins da Missão: “A Missão Popular é eficaz quando, corroborada pela oração e pela penitência; impele para a conversão, isto é, ao retorno à verdade e à amizade de Deus aqueles que haviam perdido a fé e a graça como pecado; Chama para uma vida mais perfeita os cristãos habituais; afervora as almas, impele a viver as bem-aventuranças e suscita vocações sacerdotais e religiosas (Grifo nosso) (Ibid,p.62).

O próprio código de Direito Canônico determina a prática de exercícios espirituais e santas missões periodicamente a juízo do bispo (Cân. 770). Contudo, inúmeras limitações se apresentam na realidade das dioceses e paróquias exigindo com isso, um profundo estudo preliminar a missão. A não observância preliminar das

realidades apresentadas impedirá o pleno retorno das missões populares culminando, conseqüentemente, com a evasão de fiéis e sobretudo, na perda de espaço para outras religiões. O fazer missão não resume-se apenas a métodos, aplicados homogêneamente, para produzir resultados. Antes de se lançar nos territórios evangelizando é preciso criar mecanismos para formar verdadeiros Discípulos Missionários. Desta forma, seu testemunho pessoal e seu exemplo, juntamente com os métodos, que devem levar em consideração as particularidades regionais, produzam de fato uma Ação Missionária eficaz (CNBB NE2, 2007).

Assim, apesar do constante encorajamento institucional, muitas realidades desafiam a prática missionária obrigando inclusive, a uma constante atualização metodológica. Neste sentido, observamos desde a utilização em grande escala do leigo como verdadeiros protagonistas das missões e não mais como meros executores de programas previamente estabelecidos, até a preocupação com os meios de comunicação, com o mundo das artes, ciência e economia como aponta o Documento de Aparecida: “Os melhores esforços das paróquias neste início do terceiro milênio devem estar na convocação e na formação de leigos missionários” (CELAM, 2007., P.88). “A multiplicação do leigo levará a Igreja a responder às exigências missionárias do momento atual” (CELAM, 2007).

Reafirmando seus posicionamentos e de certa forma, justificando o estímulo a presença leiga, o Documento de Aparecida procura mostrar que os locais específicos para a atividade evangelizadora leiga está no seu próprio cotidiano principalmente, nas realidades em que a Igreja é representada por eles (CELAM, 2007).

É pertinente salientar também que, neste período, a missão institucional abraçou amplamente a causa dos pobres, principalmente nas regiões do mundo em que se encontravam os maiores contingentes de miseráveis. Mas, apesar dos esforços para se manter atualizada frente as realidades do mundo contemporâneo, bem como, das tentativas de promover uma evangelização que se mantivesse à serviço dos mais pobres, observamos respostas insatisfatórias aos métodos missionários tradicionais. Em contrapartida a este período de crise, vamos observar a intensificação dos

fenômenos da globalização, do pluralismo religioso da crise das instituições que geravam valores compatíveis com o discurso católico e finalmente com a diminuição vertiginosa no número de católicos no mundo. A esse respeito, o Documento Conclusivo da 43ª Assembléia da CNBB Nordeste 2, reafirma a necessidade de entender os sinais dos tempos, refletindo continuamente sobre as constantes modificações que a sociedade contemporânea impõe, para, a partir destas reflexões, melhor evangelizar nessa sociedade globalizada, plural e cada vez mais sem identidade que observamos nos dias atuais (CNBB NE2, 2008).

Debateremos com maior amplitude, no capítulo seguinte, os motivos que levaram mais uma vez a Igreja Católica a reencorajar a prática das missões tradicionais, mas por hora, fica-nos os seguintes questionamentos: Como e porque resgatar esta prática de evangelização tradicional nos dias atuais?

CAPÍTULO II

O RESGATE DAS MISSÕES POPULARES

Neste capítulo nos propomos a apresentar e analisar a documentação produzida pelos agentes de pastoral qualificados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil Regional Nordeste 2. Tentaremos entender, a partir do instrumental teórico, as reais motivações que levaram a Igreja regional a optar pelo resgate das missões populares, método milenar para conversão de fiéis, como instrumento evangelizador em pleno século XXI.

A Região Nordeste do Brasil sempre esteve desde os primeiros anos do Brasil colônia, na vanguarda dos interesses dos poderosos que desejavam obter o máximo de lucro possível de tudo aquilo que fosse extraído desta terra. Qualquer riqueza interessava a metrópole que vendo fracassar seu projeto de encontrar metais preciosos no Brasil, no primeiro momento, precisava lucrar com a imensa faixa de terra que recebera com o famoso Tratado de Tordesilhas. Neste sentido, podemos afirmar como já fizemos anteriormente, que a presença cristã católica no Brasil, nos primeiros anos de colônia, resultara de um projeto de exploração da coroa portuguesa que inclusive, utilizava a Igreja como um dos seus instrumentos.

Esta relação exploratória, na qual a Igreja contribuiu efetivamente, combinada com alguns agravantes geográficos, produziram ao longo dos séculos, grandes contingentes de miseráveis e deixou com o fim do pacto colonial um saldo de anos de atrasos no campo social, político, econômico e tecnológico. Contudo, apesar de introduzir um culto religioso que favorecia os poderosos e subjugava a grande massa de nativos que aqui viviam, muitas vezes forçados a aderir ao cristianismo pelo fio da espada, afirma-se que a presença católica no Brasil não significou a imposição pela força, de uma religiosidade estranha:

O anúncio de Jesus e do Evangelho “não significou uma alienação da cultura pré-colombina, nem foi uma imposição de uma cultura estranha”,

pois toda cultura é uma realidade aberta a outras culturas e a novas sínteses, no respeito à diversidade de suas expressões⁹.

Não se pode negar que o catolicismo trouxe importantes elementos para a construção da identidade dos povos das Américas e para o desenvolvimento de sua sociedade. Porém, nos parece justo colocar em discussão que sua presença, sobretudo nos anos que iniciaram a colonização dos territórios, serviu para oprimir povos que cultuavam deuses considerados pagãos, pela Igreja Católica, com o intuito de legitimar a dominação metropolitana.

Neste sentido, entendemos que o catolicismo monopolizou durante séculos o culto religioso no Brasil colocando nas sombras toda e qualquer religião oriunda seja dos povos nativos encontrados no Brasil pelos colonos, seja dos nativos africanos. Desta forma fica evidente, no nosso entender, o fato de que a Igreja Católica colocou-se numa posição de verdade superior e incontestável no panorama religioso vigente andando de mãos dadas com o Estado num recíproco apoio. Tal hegemonia não será ameaçada nem mesmo em momentos de crises internas porque o pensamento católico mesmo apresentando divergências entre popular ou tridentino se colocará no imaginário dos indivíduos que se reconhecem mesmo discordando em alguns pontos, como membros do mesmo grupo religioso.

Garantir posição de hegemonia frente aos grupos sociais requer um olhar atento às mudanças quase imperceptíveis que tais grupos se submetem. Fiscalizar as mudanças dos costumes sociais agindo sempre que necessário para adaptar-se a novas realidades, ao que nos parece, não foi, por muitos anos, uma preocupação da hegemônica Igreja que gabava-se de ser o maior grupo religioso encontrado nestas terras. Sendo assim, observamos que a conversão de novos fiéis ao catolicismo passou para um plano menor frente a números absolutos de fiéis que se declaravam católicos

⁹Disponível em:

<http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wpcontent/uploads/2009/06/05odiscursoinauguraldopapabentoxvi.pdf>. Acesso em: 02/02/2011.

mesmo não participando das celebrações e demais eventos das paróquias (conhecidos por católico cultural)¹⁰.

É claro que a missão não foi completamente esquecida no Brasil, ela continuou por obra das congregações missionárias ou pelas mãos de elementos isolados como o Pe. Ibiapina ou mesmo Frei Damião que desafiavam os sertões evangelizando e construindo Igrejas, cemitérios e casas de caridade. Mas em termos quantitativos, e principalmente em nível de paróquia as missões populares pareciam fadadas ao esquecimento, sobretudo após a segunda metade do século XX.

Algumas iniciativas tentavam chegar à conversão dos fiéis por meio de métodos distintos das missões tradicionais, embora conservando alguns dos seus elementos, mas, ao que nos parece, não surtiam o efeito esperado ou prosperavam apenas em algumas regiões. Além disso, faltava-lhes aquilo que muitos chamam de “ardor missionário” que caracterizava as missões do passado. Portanto, entendemos que essas iniciativas apesar de se mostrarem de grande importância principalmente para alguns indivíduos que se mantinham afastados da Igreja, mesmo se autodenominando católicos, não surtiam efeitos concretos ou duradouros para a grande massa. A Igreja mesmo apoiando o estado permanente de missão nas suas fileiras assistia cada vez mais a sua posição hegemônica cair por terra frente a realidades globalizadas, secularizadas e cada vez mais plurais no que se refere a práticas religiosas.

No caso específico da Região Nordeste do Brasil, principalmente da Região que corresponde ao Regional Nordeste 2 da CNBB, nosso objeto de estudo, encontraremos realidades ainda mais desafiadoras para a prática missionária como indica o documento de conclusão da 40ª Assembléia Pastoral deste Regional:

¹⁰ O termo católico cultural é utilizado para designar pessoas que nascem em meio a uma família católica, recebem os sacramentos do batismo e primeira eucaristia, mas ao chegar à vida adulta, deixam de participar freqüentemente das missas e demais atividades de sua paróquia. Assim, apesar de se sentirem católicos, observamos que estas pessoas com o passar do tempo, ficam mais propícias a migrarem para outras religiões.

Analisando o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) dos municípios brasileiros, não encontramos nenhuma cidade de nosso Regional NE2, entre as cem cidades com melhores índices do País. Mas, quando viramos o quadro e procuramos os cem piores índices, encontramos dezesseis municípios do nosso Regional, e, entre os dez menores, estão as cidades de Manari (PE) e Poço das Trincheiras (AL); b) Consultando acerca da expectativa de vida ao nascer, percebemos que não há nenhum município do Regional entre os de melhores dados (o melhor é o município de São Caetano do Sul(SP), que tem uma expectativa de vida em média de 78.18 anos). Já entre os cem municípios com menor expectativa de vida, encontramos vinte do nosso Regional, sendo que dentre os dez piores temos cinco, todos situados na Paraíba(Gado Bravo, Natuba, Logradouro, Juripiranga e São Miguel de Taipu). Entre as cem cidades com menor probabilidade de sobrevivência até sessenta anos temos 22, mas não há nenhuma entre as cem com maior probabilidade de sobrevivência. como podemos aceitar que nossa gente nasça nessas cidades com a expectativa máxima de 55,35 anos de vida? Como anunciar a vontade de Deus, quando sabemos que o simples fato de nascer numa dessas cidades significa viver 23 anos a menos que as pessoas que nascem em São Caetano (SP)? Não temos uma única cidade dentre aquelas cem com menores índices de mortalidade até um ano. Como aceitar que, dentre os cem municípios com maior índice de mortalidade infantil até um ano de nascimento, tenhamos 44 municípios e, pasmem, dos doze piores municípios em termos de mortalidade até um ano de nascimento, onze municípios estejam situados em Pernambuco?[...] c) Olhando os dados educacionais, observamos outros elementos que exibem as carências do nosso Regional. Dentre os cem municípios com menor número de cidadãos com mais de 25 anos, (população adulta) que freqüentam a escola pelo menos quatro anos, não encontramos nenhum dos nossos municípios, exceto o Arquipélago de Fernando de Noronha, distrito estadual de Pernambuco, que é exatamente o centésimo município, mas, pelas suas características, bem diferentes da realidade comum a nosso Regional[...] (CNBB NE2, 2005, p.21).

Como se pode observar, a realidade sócio-econômica das dioceses que compõem a CNBB Nordeste 2 apresentam grandes dificuldades que impedem ou dificultam a jornada missionária. Essas realidades reafirmam a necessidade da Igreja voltar ainda mais seu olhar para os excluídos sob pena de perdê-los para grupos ideológicos (marxistas) ou mesmo para Igrejas pentecostais.

A preocupação da Igreja para com os grupos de orientação marxista não é de hoje. Na década de cinquenta a Ação Católica Brasileira começou a preocupar-se

com o grande número de trabalhadores urbanos e rurais que aderiam ao comunismo e socialismo como afirmara o seu secretário geral Dom Helder Câmara:

“Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural”, foi o apelo lançado por ele à Ação Católica, em campanha. E se em 1950 dom Helder já pensava assim, nos anos seguintes teria motivos concretos para aumentar suas preocupações: **em 1954 nascia no engenho Galiléia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco a primeira Liga Camponesa fundada por Francisco Julião, marcando o início de um movimento social no campo que ocuparia um importante lugar no cenário político nacional até o golpe militar de 1964** [grifo nosso] (PILETTI, PRAXEDES, 1997, p.258).

Como podemos observar, o problema da miséria no campo continua sendo um obstáculo importante para a conversão de novos fiéis, dada a dificuldade de evangelizar indivíduos entregues a própria sorte. Neste sentido, o trabalhador rural que se depara com situações de miséria em busca de apoio acaba por ingressar em dois caminhos distintos: associações de orientação marxista ou em Igrejas Pentecostais. Assim, é no nosso entender, bastante pertinente e reveladora a reflexão trazida pelo documento de conclusão da 40ª Assembléia Pastoral Regional da CNBB NE2, pois mostra nas entrelinhas que a missão popular que se propõe realizar não está apenas preocupada com a conversão de novos fiéis, mas principalmente em evitar que os nascidos dentro da religião católica não migrem para outros grupos sociais. Ou seja, trata-se de uma preocupação quantitativa em que o grupo que melhor oferece condições de mudar, junto com o povo, as estruturas sociais acaba arrebatando mais adeptos:

Uma leitura simples dos dados da filiação do Brasil fornece-nos a informação de que o catolicismo, embora se mantenha com a maioria dos fiéis em nosso país, sofre, em termos percentuais, um declínio contínuo. **Em noventa anos 1890-1980, houve uma queda em dez pontos percentuais de católicos** na população brasileira **(de 98,8% para 88,9%)**. A partir de 1980, com os frutos da expansão urbana do Brasil, tivemos uma mudança profunda neste ritmo. Em onze anos 1980-1991 a queda no índice foi de 5,9%. E em 9 anos 1991-2000 a queda no índice foi de 9,2%(de 82,97% para 73,77%). Isso indica que, **nos últimos vinte anos, houve uma queda, no número de católicos, em termos percentuais, de 15,13%** (CNBB NE2, 2005, p.28).

A preocupação iminente com os menos favorecidos, além de evitar a saída de católicos para grupos pentecostais bem como, para grupos alheios a qualquer tipo de religião, evitará também que proliferem grupos de caráter messiânicos. O abandono do Estado e da Igreja motivou alguns grupos de nordestinos, sobretudo os que viviam na completa miséria, a seguirem líderes político/religiosos vivendo sob suas orientações em espécies de Estados paralelos ignorando ambas as instituições. Resquícios destes grupos sociais podem ser encontrados em várias localidades do Nordeste brasileiro e alguns casos, podemos encontrar experiências atuais e concretas de pessoas que abriram mão das suas vidas em centros urbanos para viverem em comunidades com perfil messiânico. Neste sentido, entendemos que um dos interesses da Igreja em estar ao lado do povo, além do que já foi dito, consiste também no combate desses grupos que uma vez espalhados fragmentariam ainda mais o universo católico nessa região. Portanto, cumprir o papel de evangelizador significa para o missionário, além da busca incessante pela conversão, a criação de mecanismos que vão melhorar a vida das pessoas legitimando assim o discurso missionário.

Outro ponto importante que interessa-nos tratar refere-se ao fenômeno das migrações bem como, da necessidade de evangelizar pessoas inseridas em tal realidade. É fato que o Brasil tem passado, desde as primeiras décadas do século XX, por transformações demográficas que culminaram com o surgimento de grandes metrópoles ao longo de toda sua faixa litorânea. Esse fenômeno conhecido como êxodo rural, modificará consideravelmente o universo católico brasileiro tendo em vista que afastará da vida ruralizada e enraizada em laços familiares, grandes números de católicos que habitarão as grandes cidades. Essa transição do camponês para o proletário promoverá um afastamento do capital simbólico católico permitindo que esses indivíduos migrem para outros grupos religiosos em busca de sentido para suas vidas. Tais migrações coincidiram com o aparecimento de novas expressões religiosas que se multiplicaram e se multiplicam a cada dia. Essa problemática expande-se ainda mais quando olhamos para as fronteiras agrícolas e minerais bem como, para as periferias urbanas que são muitas vezes, destino certo dos imigrantes:

[...] a Igreja parece ter dificuldade em relação às áreas de ocupação mais recentes, como os espaços pioneiros de fronteira agrícola e mineral, que vêm sendo buscado por migrantes provenientes em sua grande maioria de áreas com forte tradição católica. Nesse mesmo sentido, situam-se as áreas de crescimento intenso na periferia das grandes cidades que também se caracterizam pela forte presença de migrantes. O traço comum a esses dois tipos de espaços tão diferentes entre si, a fronteira agrícola e mineral e as periferias urbanas, é, portanto a presença de populações migrantes que convivem com a pobreza, a violência, alcoolismo e prostituição, situações propícias ao crescimento das Igrejas pentecostais¹¹.

Pode-se observar, portanto, uma preocupação da Igreja Católica, em particular a do Regional Nordeste 2, em manter-se ao lado dos pobres criando mecanismos de melhoria social e ao mesmo tempo não dando espaço para outros grupos religiosos. Ou seja, a missão vai se encaixar exatamente com esse intuito, resgatando por um lado o capital simbólico do catolicismo e paralelamente evitando que outras religiões arrebatem os fiéis, como afirma o secretário geral da CNBB e assessor da 42ª Assembléia Regional de Pastoral da CNBB NE2:

É preciso fazer da Igreja um local muito mais extenso, em que as pessoas possam recorrer quando estiverem com dificuldades, encontrando um grupo organizado e disposto a ajudar. Dentro desta proposta de renovação da Pastoral do Acolhimento, encaixa-se perfeitamente, o ministério da visitação que vai proporcionar um acompanhamento espiritual para aquelas pessoas que, por algum motivo, não tem condições de participar das Celebrações Eucarísticas. Este ministério, se bem estruturado, mostrará para as pessoas que não podem mais comparecer à igreja que elas não foram esquecidas e que continuam, apesar de afastadas, sendo importantes (CNBB NE2, 2007, p.28).

Fica evidente, no nosso entender, que existe uma preocupação quantitativa para com as religiões pentecostais e demais religiões que vem ocupando cada vez mais espaços no seio das comunidades, principalmente, as mais pobres. Esse panorama nos leva a refletir acerca da posição que o catolicismo ocupa atualmente frente ao campo religioso brasileiro. O exposto nos leva a crer que apesar das insistentes tentativas de difundir um discurso de diálogo e aproximação entre as

¹¹ Vários, Geografia da Filiação Religiosa no Brasil, in Magis – Cadernos de Fé e Cultura Especial, n. 1, PUC – RJ – Centro Loyola de Fé e Cultura Rio de Janeiro – RJ, 2002, P.217.

religiões o que há na realidade é uma busca incessante por fiéis que não possuem denominação religiosa e principalmente de outras religiões. Ou seja, por uma questão diplomática evita-se falar abertamente de preocupações quantitativas, mas o que se observa nas entrelinhas é uma guerra declarada para manter a hegemonia quantitativa católica. Sendo as missões populares historicamente, o melhor exército para tal empreitada.

A linha voltada para a necessidade da evangelização aparece em vários documentos das dioceses da CNBB NE2 em períodos diferentes do século XX e a partir de realidades diferentes. Contudo, observamos em todos os documentos a referência insistente ao discurso da promoção de uma evangelização voltada para os mais pobres, tendência bastante difundida, sobretudo depois da segunda metade do século XX, bem como, a cerca necessidade de manter-se atenta as mudanças sociais que transformam os indivíduos como se pode observar:

1. Considerando que a Evangelização – Missão essencial da Igreja deve ser feita, levando em conta o homem concreto, a que se dirige, dentro de sua realidade social, econômica, cultural, política e religiosa; 2. Considerando que a imensa maioria desta Diocese se compõe de camponeses e de jovens; 3. Considerando que o homem do campo vive marginalizado intelectualmente social, política, econômica e até religiosamente; 4. Considerando que a juventude, mesmo a estudantil, carece de consciência de suas responsabilidades para com a libertação e integração do nosso povo; 5. Considerando que, apesar da grande religiosidade popular, a nossa gente não está ainda evangelizada, como deve, e tem fome da palavra de Deus; 6. Considerando que a integração comunitária e a reflexão em comum são indispensáveis à vivência evangélica e a promoção integral; 7. Considerando, enfim, os recursos humanos e materiais que dispomos e as nossas responsabilidades pastorais para com o povo de Deus de nossa diocese; Estabelecemos, para o período 1973-74, como prioridade pastoral da Diocese de Afogados da Ingazeira, evangelizar e promover, principalmente, os camponeses e os jovens estudantes, conscientizando-os cristãmente, através, sobretudo, de comunidades eclesiais de base e de grupos de reflexão e trabalho comunitário¹².

Fica claro, no nosso entender, que a missão tradicional cedeu lugar a novas maneiras de buscar a conversão dos fiéis conservando, contudo, alguns dos seus

¹² Diretrizes diocesanas de pastoral de conjunto: diocese de Afogados da Ingazeira, 1973.

elementos. Entretanto, observa-se que os grupos de reflexão e oração, de trabalho comunitário e as comunidades eclesiais de base, apesar de cumprirem com suas funções, mostraram ao longo do tempo um certo desgaste e por isso, voltou-se a incentivar a missão tradicional. Ou seja, na área do Regional Nordeste 2 da CNBB persistem, apesar dos inúmeros esforços, grandes obstáculos que dificultam a prática da evangelização e por isso, acaba provocando a migração dos fiéis para outros grupos sociais.

O papel do leigo dentro das missões populares sempre foi de grande importância para o sucesso da empreitada. Não se pode imaginar uma missão popular, seja na idade média ou nos dias atuais, sem a presença de grande contingente de leigos que desempenham papéis diversos mais imprescindíveis para a conversão ao catolicismo.

Nos primeiros séculos das missões o leigo desempenhava papéis secundários ou menores nas missões populares. Normalmente observava-se a presença leiga na organização e execução de tarefas que envolviam serviços braçais como montagem de púlpitos e carregamento de apetrechos utilizados nas missões. Contudo, só após o Concílio Vaticano II, a Igreja passou a congregar os fiéis leigos chamando-os de Discípulos Missionários e conferindo a essas pessoas funções de protagonistas dentro do processo de evangelização. Vários documentos oficiais da Igreja enfatizam a figura do leigo como figura imprescindível para se chegar à conversão de novos fiéis ou mesmo na busca por resgatar os que se perderam. Podemos destacar entre os mais importantes, o próprio Código de Direito Canônico que define o caráter autônomo do leigo bem como, a sua obrigação de cumprir a missão que Deus confiou a Igreja:

O fiel leigo, na sua própria vida cristã e em sua atuação na Igreja, não é um mero auxiliar do Bispo ou do Padre. O Batismo lhe dá direito e, portanto, também o dever de realizar em sua existência a ação sacerdotal de Cristo. Daí a justa autonomia do fiel leigo naquilo que lhe é próprio: em qualquer estado ou condição de vida, cada pessoa na sociedade, independentemente da sua raça e cultura, tem o lugar que

Ihe é devido e é chamada “a exercer a missão que Deus confiou à Igreja para esta realizar no mundo” (Código de Direito Canônico, cânnon 204).

Observamos, portanto, que o leigo passa de figura menor para protagonista das missões participando segundo o seu carisma pessoal das mais diversas funções inclusive, das pregações. Essa evolução é um diferencial importante se compararmos as Santas Missões atuais com as antigas missões da Idade Média, todavia, não podemos desconsiderar o fato de que seja no passado ou no presente, o leigo sempre desempenhou um papel determinante para o sucesso das missões. Não é por acaso que no passado as missões eram grandes acontecimentos sociais, senão o maior dentre as comunidades. O engajamento leigo seja no cumprimento de tarefas, ou nos momentos de penitência, oração, confissão dos pecados e reconciliação entre os membros das comunidades movimentava regiões inteiras e ao mesmo tempo, transmitia um espírito de paz e reencontro com os valores transmitidos pelo Evangelho. Neste sentido, a força do testemunho que o leigo transmitia de uma pessoa para outra funcionava e de certa forma funciona, como um fator de permanência das missões mesmo após o seu término. Sendo assim, entendemos que é de certa forma injusto discutir o papel do fiel leigo dentro das missões ou mesmo dentro da Igreja, sem levar em consideração que são essas pessoas que transmitem verdadeiramente, e com uma linguagem apropriada o testemunho do Evangelho para os demais elementos daquele grupo social.

Portanto, a aparente autonomia conferida ao leigo nos parece muito mais uma tomada de posição estratégica, que uma real abertura doutrinária. Esse fato pode ser observado se compararmos a hierarquia católica com a protestante. No catolicismo, apesar da abertura no que se refere à participação leiga, encontramos uma cúpula intocada e protegida por níveis hierárquicos (os ordenados). Já para o grupo protestante, a organização hierárquica é muito mais simples e aberta no que se refere à ascensão para as camadas de maior importância hierárquica, ou seja, o protestantismo tem uma organização que atende muito mais aos anseios individuais dentro do grupo social. Por outro lado, para o católico mesmo que atuante, sobrar sempre o status de “leigo” termo que para o protestante foi substituído por “irmão”. Não nos interessa

discutir ou comparar doutrinas, contudo, vale o debate acerca do papel do leigo para tentar entender ou mesmo conhecer novas possibilidades para a mudança de posicionamento do catolicismo acerca deste assunto. Desta forma, tentaremos responder a seguinte pergunta: Afinal qual o papel do leigo dentro das missões populares atuais e porque o leigo é tão importante para as missões em regiões como a que compõe o Nordeste 2 da CNBB?

O papel do leigo dentro das missões populares atuais nos parece corresponder em princípio a uma presença constante de alguém que pode anunciar o Evangelho para os demais integrantes do seu grupo. Todavia, existem outros elementos que certamente acentuam a necessidade da participação leiga neste processo. Podemos citar como um dos principais elementos a carência quantitativa de sacerdotes que por sua vez é conseqüência do pequeno número de seminaristas que ingressam principalmente nas congregações voltadas para a missão. Essa crise vocacional diminuiu significativamente o número de sacerdotes dedicados as missões e nesse contexto, a presença de leigos engajados nas santas missões populares supre de certa forma com tal carência. É claro que o leigo não é um sacerdote e por isso, não pode ministrar os sacramentos, mas sua presença e seu engajamento dão o direcionamento necessário para o sucesso da missão. Suas pregações, seu exemplo de vida e principalmente o seu conhecimento acerca da comunidade facilitará o ingresso da empreitada missionária.

Outro aspecto importante da participação do leigo nas missões populares refere-se à questão da sua presença nos mecanismo detentores dos poderes temporais bem como, das instituições formadoras de opinião:

É dever da Igreja, sobretudo do Clero, acompanhar e dialogar com o Discípulo Missionário que representa a Igreja na vida pública. Este acompanhamento se faz necessário para que a Igreja tome conhecimento de suas dificuldades e permaneça encorajando-o a manter-se empenhada na construção de uma sociedade mais igualitária e evangelizada. Não podemos deixar nossos autênticos representantes junto à vida pública, principalmente política, em estado de abandono. Devemos permanecer fornecendo uma orientação espiritual adequada a estas pessoas para que elas não

caiam nas armadilhas da corrupção descrença e apego aos bens materiais (Grifo nosso) (CNBB NE2, 2007, p.26).

Entendemos assim que a presença de leigos, engajados com as missões populares, nos órgãos detentores de poder é de grande importância para as missões porque dedicam especial atenção para eventos católicos a nível municipal estadual e nacional bem como, a feriados dedicados a santos, mas, além disso, a presença leiga entre as instituições estatais ajudará ainda em questões como a do ensino religioso e da aprovação ou desaprovação de leis que vão de encontro à doutrina da Igreja Católica. Neste sentido, entendemos que o católico leigo, mesmo vivendo no Estado laico, defenderá os interesses da Igreja junto ao Estado mantendo com isso, as tradições que constituem o capital simbólico dos católicos e força motriz das missões populares.

Foi possível perceber recentemente, a força do leigo no seio da sociedade bem como, nas instituições de poder, com os episódios que marcaram a última campanha para a presidência da República: posicionamentos imprecisos acerca de assuntos referentes às posições da Igreja Católica, combinadas com ondas de boatos e campanhas nos meios de comunicação, uma das partes que concorria às eleições presidenciais viu-se obrigada a dar explicações públicas acerca dos seus posicionamentos, caso contrário, poderia ter perdido as eleições. Ou seja, houve uma pressão da Igreja instituição, do povo e principalmente, dos católicos leigos das esferas do poder que culminaria com a derrota nas urnas caso a situação não fosse esclarecida. Sendo assim, entendemos que houve uma mobilização, sobretudo entre as fileiras católicas que estão presentes na política e nos meios de comunicação para defender os interesses da Igreja e do cristianismo (capital simbólico). Além de defender os interesses católicos frente ao poder Estatal observamos ainda com a presença de leigos católicos no poder temporal, o combate aos grupos evangélicos que buscam cada vez mais espaços no meio político. Portanto, trata-se ao que nos parece, de uma necessidade estratégica a presença de leigos católicos, sobretudo, comprometidos com a missão no cenário político e nos meios de comunicação tendo em vista que esses

indivíduos resgatarão ou defenderão, com o auxílio da máquina estatal, o capital simbólico católico.

Ressaltamos aqui que quando nos referimos a instituições de poder incluímos os meios de comunicação tendo em vista que seu potencial de alcance frente à realidade globalizada em que vivemos, é no nosso entender, um poder capaz de construir ou desconstruir imagens e discursos. Desta forma, a Igreja Católica vem tentando utilizar esta poderosa ferramenta para auxiliar a missão popular. Para tal, tenta avançar em duas frentes: entre os meios de comunicação laicos (públicos ou privados) e na criação e ampliação de veículos exclusivamente católicos.

O interesse por se fazer presente dentro dos veículos de imprensa laicos esconde na realidade, o desejo de colocar tais meios de comunicação a serviço da difusão do discurso católico. Na verdade a veiculação de notícias do mundo católico por parte da imprensa em geral, nos parece partir de uma lógica de mercado que identifica o fiel como público alvo. Mas, por outro lado, a Igreja aproveita-se dessa situação, para ampliar suas aparições entre os meios de comunicação e com isso, chegar não só aos católicos, mas principalmente, entrar nas residências dos não católicos. A este respeito afirma o assessor da 42ª Assembléia de Pastoral da CNBB NE2: “O comunicador valorizado, qualificado e comprometido com a evangelização terá plenas condições de manter-se inserido nos meios de comunicação de massa contribuindo com a Ação Missionária” (CNBB NE2, 2007, p.26). Com o discurso afinado com o Documento de Aparecida o assessor analisa:

É observado com freqüência, sobretudo na cobertura da imprensa em encontros como este, o despreparo e a falta de ética de alguns profissionais dos meios de comunicação. Sendo assim, a Pastoral da Comunicação deve estar inserida nos meios de comunicação de massa evangelizando os comunicadores e fornecendo subsídios para que estas pessoas, que são formadoras de opinião, tenham condições de realizar coberturas de eventos da Igreja Católica com conhecimento adequado, para que as informações, não sejam transmitidas de forma equivocada ou distorcidas (CNBB NE2, 2007, p.31).

Ou seja, é necessário preocupar-se com a amplitude dada aos eventos católicos, mas principalmente com o que se publica acerca de tais eventos.

Durante o Concílio Vaticano II o Papa Paulo VI declarou que a Igreja Católica, foi fundada para levar a salvação a todos os homens, e por isso, é obrigada a evangelizar, considera assim, seu dever pregar a mensagem de salvação, servindo-se dos meios de comunicação social, e ensina aos homens a usar retamente estes meios¹³. Neste sentido, observamos uma modalidade nova de missão na qual os meios de comunicação de massa assumem o papel de protagonistas, mas falaremos deste assunto, ao seu tempo.

Outro aspecto referente à presença de leigos, engajados com as missões, entre os meios de comunicação envolvem os veículos exclusivamente católicos. A chamada Pastoral da Comunicação foi criada para facilitar a comunicação entre os diversos organismos e pastorais da Igreja e principalmente para levar a mensagem evangelizadora dos católicos para os que estão por algum motivo, encontram-se afastados do catolicismo. Estes veículos se diversificam de acordo com as particularidades de cada região, mas na maioria das vezes, são conduzidos por leigos que manipulam estas tecnologias para evangelizarem mesmo estando separados por grandes distâncias. Assim, entendemos que a participação leiga faz toda a diferença no processo de evangelização que chamamos de missões populares, sobretudo, na Região que corresponde ao Regional Nordeste 2 da CNBB que como já dissemos, continua sendo, mesmo nos dias de hoje, uma região que produz, por vários motivos, grande número de pessoas que vivem esquecidas pela Igreja Católica e que por isso, necessitam ser reevangelizadas. Contudo, é pertinente lembrar que nem todas as dioceses contribuem eficazmente com o crescimento e aperfeiçoamento dos meios de comunicação destinados à evangelização. Tal fato fica evidente, segundo nosso entendimento, quando analisamos a documentação produzida nas últimas assembleias da CNBB NE2:

¹³ Disponível em: http://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19631204_inter-mirifica_po.html Acesso em 22/03/2011.

Somente com a valorização e a qualificação dos agentes comunicadores, conseguiremos introduzir, de fato, a Pastoral da Comunicação no processo de evangelização. Não podemos nos esquecer que nos dias atuais se faz necessário lançar mão de recursos tecnológicos, principalmente da *internet*, para divulgar qualquer idéia uma vez que boa parte das pessoas têm, de alguma forma, acesso a estes meios (CNBB NE2, 2007, P.30).

Os meios de comunicação social são indiscutivelmente ferramentas poderosas para arrebatam novos ou antigos fiéis seja para o catolicismo ou para qualquer outra religião. Neste sentido, observamos o crescimento de vários veículos destinados a divulgação de doutrinas diversas principalmente pentecostais. Este fato ao que nos parece, vem forçando a Igreja Católica a estimular cada vez mais o crescimento e aperfeiçoamento dos seus veículos para melhor atingir/atender os fiéis que não freqüentam ou que jamais freqüentaram qualquer Igreja. Como se pode perceber é uma realidade demasiada diferente daquelas em que as missões populares iam ao corpo a corpo convocar os fiéis a penitencia e a conversão. É ao que nos parece uma espécie de campo religioso distinto (virtual) em que o capital simbólico católico do indivíduo é resgatado por e-mails, mensagens de texto, capelas virtuais, programas televisivos etc. Dominar estes espaços significa garantir, além de números crescentes de fiéis, o resgate de parte da hegemonia católica por hora ameaçada. Ciente desta realidade, a Igreja Católica aposta cada vez mais nesses meios indiretos de se fazer missão via comunicação social.

Os meios indiretos de evangelização, via comunicação social, nos mostram, em contrapartida ao que já foi dito, um lado negativo para as missões populares. Se por um lado podem ser utilizados para evangelização, por outro mostram com mais clareza e riqueza de detalhes, fatos obscuros para o povo em geral tirando de forma significativa, o crédito do missionário que se propõe a pregar o Evangelho em nome da Igreja Católica. De certo essa realidade é incômoda, mas reconheçamos sua necessidade na promoção de uma reciclagem contínua bem como, para eliminar resquícios de tempos em que tudo se fazia em nome de Deus. É justo também reconhecer que os recursos midiáticos, muitas vezes, são manipulados em favor ou contra o discurso católico. Todavia, o que nos parece claro é que, apesar dos avanços

e do estímulo da Igreja para os meios de comunicação e do seu reconhecimento como instrumento que leva a evangelização, o Episcopado em geral e os agentes de pastoral da Igreja como um todo bem como, do Regional Nordeste 2 da CNBB, não conhecem e compreendem plenamente a importância destes meios que levam a missão de modo que não conseguem de forma adequada adaptar as suas respostas pastorais a esta realidade.

Entender e responder pastoralmente as novas realidades, em que o domínio dos meios de comunicação se compara com o monopólio do saber que a Igreja detinha no passado, significa, sobretudo nas grandes cidades dominar a pluralidade de línguas que um mesmo grupo social utiliza para se comunicar. Afinal como é possível falar de santas missões populares se não é possível entender plenamente as linguagens do povo? Será mesmo que todos católicos inclusive os das grandes cidades sentirão o “ardor missionário” através de métodos trazidos do passado? Ou seja, antes de pensar em expansão dos meios de comunicação é necessário saber se tais veículos estão reproduzindo com linguagens adequadas o discurso católico para a partir deste ponto, medir a intensidade com que o “anúncio” inquieta os indivíduos e ao mesmo tempo, os encoraja a aproximar-se ou reaproximar-se da doutrina Católica.

Uma das intenções do Episcopado do Regional Nordeste 2 da CNBB depende exatamente da apropriação das linguagens adequadas para lograr melhor êxito na retomada das missões populares. Tal intenção consiste em reforçar, dentro do projeto de resgatar as missões populares, a evangelização da juventude e aparece em vários documentos finais das assembleias deste regional bem como, em outros documentos novos e antigos da Igreja Católica:

Precisamos cuidar das nossas crianças e jovens, criando estruturas para protegê-los dos perigos da violência (inclusive doméstica), da prostituição, da fome, das doenças, do trabalho infantil e de tantos outros males que, infelizmente, estão presentes em nossa realidade. Colocar-se em defesa desses indivíduos, além de ser nossa obrigação como cristãos, é de grande importância para o futuro da nossa Igreja (CNBB NE2, 2007, p.20).

É claro que o nobre compromisso de se manter em defesa constante da criança e da juventude nos parece justo para uma instituição que prega o amor e a caridade. Contudo, é fácil observar também que existe muito mais que a mera intenção de contribuir. Sabe-se da crise das vocações e da necessidade de mudar este quadro desfavorável e, a melhor maneira é, no nosso entender, reforçar a frente evangelizadora entre as crianças e a juventude. Assim, o sentido do termo cuidar fica mais amplo porque se você cuida, acolhe e protege abrirá instantaneamente a porta para a conversão deste indivíduo transformando-o inclusive, em soldado do exército missionário. Desta maneira, a ferramenta historicamente eficaz para tal empreitada consiste no estímulo da prática constante e da renovação da catequese como enfatiza o assessor da 42ª da Assembléia da CNBB NE2: “O futuro de nossa Igreja está de certa forma, sob a responsabilidade da juventude. Sendo assim, entendemos que a porta de entrada para este futuro chama-se catequese (CNBB NE2, 2007, p.20).

Um questionamento que nos intriga dentro desta temática do resgate da catequese como forma de evangelizar e arregimentar figuras atuantes para a caminhada das missões populares refere-se exatamente ao problema da renovação. Este problema é amplamente debatido, mas, por agora, pouco se observou de avanço neste sentido. Ora, como é possível renovar a catequese se o perfil do catequista ainda não mudou? Nos parece inviável falar de conversão da juventude sem conhecer as diferentes linguagens que esses grupos falam. Dentro deste contexto, nos vêm o próprio exemplo de Jesus Cristo que possuía ampla sabedoria, mas falava com linguagens adequadas a cada ocasião. Portanto, é bom lembrar que não se trata de metodologias visando padrões, mas principalmente de sensibilidade para entender o melhor momento e a melhor forma de catequizar a juventude.

Reconheçamos, contudo, que a renovação da catequese é algo discutido, mas na maioria das vezes não atinge seu objetivo de forma ampla. As metodologias não se encontram com as realidades de modo que, no nosso entender, não se pode falar de catequese, mas sim de catequeses contextualizadas com as realidades e preocupadas, antes de qualquer coisa, com a construção de uma conversão libertadora

para posteriormente, arregimentar os novos fiéis nas missões populares. Contudo, fica claro, no nosso entender que não é com esses olhos que se vislumbra a renovação catequética:

Precisamos renovar nossa catequese, para através dos jovens, que representam parte significativa do futuro de nossa Igreja, intensificarmos a Ação Missionária. A juventude é de extrema importância na condução da palavra de Deus até os seios das famílias, sendo responsável, muitas vezes, pela conversão de vários integrantes do grupo familiar (CNBB NE2, 2007, p.20).

Consideramos como justo o argumento da renovação da catequese para arregimentar novos missionários, mas devemos considerar também que a catequese leva a conversão que deve ser plena e libertadora. Sendo assim, deve ser pensada de forma cautelosa, planejada à luz de métodos e pedagogicamente. Com isso, o engajamento nos grupos missionários será uma consequência da conversão de pessoas que desde a infância receberam de forma efetiva a instrução religiosa.

É fato que existem grandes números de pessoas que estão migrando do catolicismo para outros grupos religiosos:

Os resultados do Censo Demográfico 2010 mostram o crescimento da diversidade dos grupos religiosos no Brasil. A proporção de católicos seguiu a tendência de redução observada nas duas décadas anteriores, embora tenha permanecido majoritária. Em paralelo, consolidou-se o crescimento da população evangélica, que passou de 15,4% em 2000 para 22,2% em 2010¹⁴.

Tais grupos correspondem, como já falamos anteriormente, a indivíduos que por algum motivo a Igreja não consegue atender. Mas, é sabido também, que mesmo em comunidades em que é verificada uma forte presença da Igreja Católica, existem grupos que estão migrando para outras religiões. Ou seja, não é pela questão da perda do capital simbólico, mas sim por outros motivos. Então, dentro dessa discussão que fomentamos, colocaremos apenas como instrumento para reflexões futuras o seguinte questionamento: será que a catequese forneceu instrução religiosa de forma plena para

¹⁴ Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_visualiza.php?id_noticia=2170&id_pagina=1 Acesso em 22/03/2011.

levar a verdadeira conversão ou criou entre alguns a imagem de encontros enfadonhos e desatualizados? O fato é que, antes de ministrar a instrução religiosa, se faz necessário preocupar-se com a conversão pessoal de cada indivíduo.

A questão da conversão pessoal é uma preocupação constante entre as reuniões do Episcopado bem como, entre os coordenadores de pastoral. Os contatos com diversos elementos culturais favorecidos principalmente pelos meios de comunicação fragmentam o universo religioso levando a adesão, por exemplo, a cultos oriundos do oriente. Desta maneira, entendemos que a catequese deve ser tão contundente quanto os meios de comunicação para combater mesmo que parcialmente, o que nos atrevemos chamar de católicos secularizados, ou seja, pessoas que foram instruídas pela catequese, mas que mesmo assim, não sentiram o ardor da conversão. Esta situação não pode ser entendida como via de regra, mas se faz necessário observar que os métodos tradicionais de evangelização, não serão plenamente eficazes se não levarem em consideração que é necessário favorecer primeiramente a conversão:

É necessário, antes de qualquer coisa, crer naquilo que o Cristo nos fala. Crer verdadeiramente no Evangelho significa aceitar uma magnífica mudança de vida em que o Discípulo Missionário aceita a cruz de Cristo sabendo que “morrer para o pecado é alcançar a vida” (CELAM, 2007, p.278).

Vivemos uma realidade secularizada¹⁵ em que muitos se envergonham de admitir suas crenças preferindo o isolamento à vida em qualquer que seja a comunidade religiosa. As instituições que por séculos forneceram os pilares para o culto católico, perderam quase que totalmente, a disputa para modos de vida com total ausência da religiosidade ou migraram parcialmente para outros cultos religiosos. Neste sentido, observamos que o fenômeno da secularização afeta significativamente o catolicismo tendo em vista que em termos quantitativos ainda possui o maior número de fiéis.

¹⁵ O termo secularizado ou secularização significa viver sem Deus, sem religião, porque século significa mundo. Secularização é um estilo de vida, uma cultura, um jeito de viver, sem fé, sem Deus, sem a dimensão espiritual da vida. Viver no mundo, no século e sem transcendência.

Alguns documentos produzidos nas assembléias de CNBB Nordeste 2 tratam da questão da secularização afirmando que os meios de comunicação (globalização) acentuam este processo:

No primeiro momento, a globalização nos parece algo totalmente benéfico, porém, fica à mostra uma das suas faces negativas, quando observamos que ela descaracteriza as instituições geradoras de sentido, proporcionando uma valorização sistemática do indivíduo que antes adotava uma posição passiva de receber e não de escolher (CNBB NE2, 2008, p.10).

As instituições geradoras de sentido, na visão católica, determinam os papéis que todos os indivíduos têm dentro do grupo social e, além disso, criam o sentimento de pertença do indivíduo para com as suas raízes culturais. Assim, com a crise dessas instituições, observamos a separação do indivíduo do seu grupo social. Neste sentido, Dom Francisco Biasin, Bispo de Pesqueira, Pernambuco, afirmou durante a Assembléia da CNBB Nordeste 2: “[...] esse mundo no qual havia sentido de viver, através da cultura e das tradições, parece estar terminando” (CNBB NE2, 2008, p.10). Ora, a que mundo se refere e a quais tradições?

Dom Biasin trabalha de forma mais específica a problemática das instituições geradoras de sentido citando cada uma das instituições, a saber: Família, Igreja, Estado e Escola. Vamos observar, nessas instituições, a aglomeração de quase que a totalidade dos principais dogmas da Igreja Católica e por isso, podemos afirmar que a recuperação dessas instituições é o objetivo principal das missões.

Garantindo o sucesso da missão dentro da família, observaremos conseqüentemente, que os dogmas do catolicismo tradicional serão respeitados e com isso, se resgatará a hegemonia do catolicismo:

A penetração indiscriminada de culturas externas em nossas vidas, acentuadas, sobretudo, pelos meios de comunicação, disseminou em nossos povos a idéia de que a família é algo obsoleto, fora de moda ou até mesmo conservador e inadequado para os padrões atuais de vida (CNBB NE2, 2008, p.11).

Esta fragmentação familiar não obstante, trás grandes prejuízos quantitativos para o culto católico porque é no seio das famílias que as tradições, principalmente religiosas, são transmitidas por gerações.

Outro aspecto que pode ser observado a partir da questão da fragmentação da família refere-se ao seu caráter sacramental. A família é uma instituição sagrada, o matrimônio é indissolúvel para os católicos e por isso, casais de segunda união ou mesmo de união homossexual acabam ficando excluídos do critério de família católica.

Reafirmando seus posicionamentos em favor da família, dentro dos seus critérios, a Igreja aposta no resgate desta instituição como forma de reafirmar suas tradições. Assim, inserir dentro do discurso missionário os valores da família cristã católica significa, portanto, investir na reprodução dos valores católicos que nortearão a vida dos indivíduos do grupo familiar por gerações.

A própria Igreja também é colocada como instituição geradora de sentido para a vida dos diversos grupos sociais. Suas verdades “absolutas” estão enfraquecidas principalmente pela pluralidade do mundo atual que oferece diversas opções, muitas vezes, contrárias a praxe do evangelho, torna esta instituição alvo de preocupações internas. Ora, como é possível falar em recuperar fiéis perdidos se até mesmo os que não se foram encontram-se pouco estimulados a vivenciar os costumes católicos? É preciso, antes de qualquer coisa, resgatar o ânimo do fiel católico de vivenciar a sua religião para, a partir desses, tentar a conversão de outros. Todavia, não será possível fazê-lo sem conhecer verdadeiramente as realidades para com isso identificar o que os indivíduos esperam da sua Igreja. Admitindo a necessidade de apurar o olhar para as realidades Dom Francisco Biasin, Bispo de Pesqueira-PE afirma:

É inegável dizer que, em muitos casos, falta um olhar mais apurado da Igreja quanto às diferentes realidades que se apresentam dentro de um curto espaço, e é este olhar que estamos buscando encontrar à luz de tudo aquilo que foi trazido para nós, como subsídio da última Conferencia Geral do Episcopado Latino-America e do Caribe (CNBB NE2, 2008, p.14).

Contudo, vale salientar que este olhar que se deseja direcionar mais incisivamente as realidades, na verdade não implica em mudanças radicais por parte da Igreja, mas apenas em adaptações estratégicas que visam levar a conversão. Ou seja, a Igreja não pretende voltar atrás em seus posicionamentos, pelo contrário, quer reafirmá-los de modo mais convincente e adequado as linguagens atuais para voltar a posição de instituição religiosa hegemônica.

No que se refere ao Estado, dois pontos intrigantes podem ser observados: o primeiro deles refere-se ao fato da Igreja preocupar-se em se manter evangelizando e ao lado dos leigos que ocupam cargos no poder estatal e o segundo, aponta para a questão do seu discurso de se fazer presente, ao lado dos pobres, sobretudo nas localidades em que observa-se a ausência do Estado.

A justificativa para manter-se presente e evangelizando os leigos que ocupam cargos no poder estatal é de que, mesmo no Estado laico, é preciso defender os interesses da Igreja. Mas quais interesses? O estado laico e principalmente os seus representantes não devem defender os interesses de todos independente do grupo religioso que pertençam? Já no que refere a manter-se ao lado dos pobres, fica claro, como já falamos anteriormente, que existe a intenção velada de manter-se perto dos menos favorecidos para ajudá-los sim, mas principalmente para trazê-los ou mantê-los próximos a fé católica. Todavia, percebemos que existe uma preocupação com o fenômeno do neoliberalismo que enfraquece as estruturas estatais e por isso, aumenta significativamente o contingente de indivíduos que vivem em situação de miséria, ou seja, a mercê da criminalidade, prostituição entre outros:

O Estado, como grande conjunto englobando diferentes culturas em um só povo, encontra-se, por diversos fatores, incapaz de interferir efetivamente em defesa dos interesses das pessoas, principalmente dos mais pobres, produzindo assim grandes desigualdades sociais que trazem consigo a perda de valores morais, observados, sobretudo no aumento da criminalidade, da prostituição inclusive de crianças [...] (CNBB NE2, 2008, p.13).

Tais problemas, criminalidade, prostituição entre outros, são agravados pelo neoliberalismo e passam a afetar diretamente a Igreja tendo em vista que essas pessoas entregues a tais males estarão certamente, afastadas dos seus costumes.

Os efeitos da globalização e neoliberalismo são sentidos entre os jovens, principalmente dentro das instituições de ensino. A dificuldade em manter-se evangelizando dentro das escolas, bem como, o próprio perfil dos jovens de hoje, levaram a Igreja a tentar identificar questões importantes sobre a vida escolar que foram parcialmente perdidos:

O aspecto pedagógico da escola atual foge dos padrões mínimos necessários para alfabetização e o desenvolvimento intelectual dos alunos, formando, em sua maioria, uma massa de analfabetos funcionais que, sequer, têm condições de entender o que ocorre diariamente a sua volta. Essas pessoas se tornam alvos fáceis para a influência das culturas externas que, em um curto espaço de tempo, o transformará em um indivíduo sem identidade (CNBB NE2, 2008, p.12).

A influência de culturas externas afastará, com facilidade, o indivíduo de tudo que foi construído no seu grupo social em séculos de domínio católico. Neste sentido, a preocupação, no nosso entender, vai além de simplesmente produzir analfabetos funcionais que não enxergam com clareza o que se passa a sua volta indo diretamente ao ponto referente à preocupação com o afastamento ainda maior do que já houve.

A transmissão de valores também é discutida como preocupação da Igreja Católica para com a Escola. Fala-se inclusive, que o despreparo dos professores, a falta de estrutura e o descaso do Estado são responsáveis para a não transmissão de valores dentro da escola. Contudo, o que dizer das escolas particulares que apresentam melhores estruturas e condições de trabalho para os professores?

Não é nossa intenção fomentar discussões acerca do universo educacional brasileiro, mas como forma de estimular a reflexão acerca da temática, que nos parece bastante complexa, deixemos o seguinte questionamento: a escola atual não seria um reflexo da sociedade?

Como podemos notar os debates acerca dos desafios para a implantação das missões populares tradicionais parecem superar as limitadas discussões que a Igreja resumiu-se a fazer até agora, sobre o assunto. Questões de grande complexidade parecem ficar condicionadas a mostrar melhores formas de recuperar a superioridade numérica dos católicos. Sendo assim, observamos que a sociedade, as tecnologias, as instituições em crise e outras possibilidades assumem papéis secundários servindo de ferramentas que levam a conversão.

Concluimos, portanto, afirmando que o resgate das missões tradicionais não significa dizer que cresceu a preocupação da Igreja em reafirmar o ensinamento do Cristo de evangelizar toda criatura. Evangelizar é na verdade a missão da Igreja e o que cresceu na verdade, foi à preocupação com a perda da hegemonia.

CAPÍTULO III

AVALIANDO PROCESSOS, DISCUTINDO RESULTADOS

Neste capítulo propomo-nos a fazer uma análise crítica dos resultados, no arco temporal de nossa pesquisa, do processo de reproposição das Missões Populares, enquanto método pastoral, nas dioceses do Regional Nordeste 2 da CNBB, separando, segundo os critérios teóricos já expostos, o que foi efetivamente implantado do que não chegou a sê-lo, nas dioceses e paróquias. A partir daí, buscaremos, naquilo que já funciona, verificar o cumprimento prático dos seus objetivos.

É necessário lembrar, como já indicado, que o resgate das Missões Populares foi adotado de forma consensual, através de deliberação em assembléia, pelo episcopado e coordenadores de pastoral do Regional NE2 da CNBB. Todavia, observa-se, no desenrolar dos anos, que tal deliberação não significou, na prática, que todas as dioceses do Regional mostraram efetivamente, um interesse real pela implantação do método pastoral das missões populares.

Esforços foram feitos no sentido de discutir os avanços e desafios para o bom funcionamento das missões, inclusive aprimorando conhecimentos a partir da troca de experiências. Contudo, na prática, alguns agentes de pastoral qualificados mostraram-se mais interessados, outros não.

Cabe-nos então perguntar: se o resgate das missões foi aprovado pelos bispos e coordenadores de pastoral em assembléia, como não houve interesse unânime? Para responder a esta pergunta, basta lembrarmos da parte do nome deste projeto missionário que faz alusão a campanha nacional de evangelização da CNBB¹⁶ indicando uma aparente submissão aos grandes escalões da Conferência Episcopal ou

¹⁶ O Projeto “Queremos Ver Jesus - Caminho, Verdade e Vida” foi promovido pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), em todo o país tendo como base as Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil. Trata-se, na realidade, de um projeto de evangelização que tem por objetivo levar as pessoas a conversão para, com isso, trazer um novo sentido às suas vidas e consequentemente, resgatar a hegemonia do catolicismo frente as outras religiões.

mesmo, da afirmação, já no discurso inaugural da assembléia pastoral da CNBB Nordeste 2, do presidente regional enfatizando que a Igreja responderia aos desafios atuais com a missão (CNBB NE2, 2005). Ou seja, a decisão da implantação das missões em “todas” as dioceses do Regional não se tratou, ao que nos parece, de uma iniciativa do episcopado local, mas sim de uma tentativa deste de manter-se alinhado às diretrizes nacionais da própria conferência episcopal. Com base nas palavras do presidente regional, na solenidade de abertura da assembléia, podemos concluir também que, mesmo antes do início das discussões, tudo já estava decidido em favor do resgate das missões.

Essas análises nos levam a crer que a proposta de resgatar as missões populares, além de já decidida, antes mesmo do início da assembléia, que apenas respaldou a proposta, foi na verdade, uma decisão política que visava manter uma proximidade com o discurso da Igreja em âmbito nacional. Sendo assim, parece-nos que as necessidades pastorais e interesses locais de cada diocese, representadas pelos bispos e coordenadores de pastoral, assumiram um papel secundário frente aos objetivos institucionais de manter-se em sintonia com o discurso difundido a nível nacional.

Devemos considerar também que a implantação das missões populares ocorreu no clima que antecedeu a V Conferência do Episcopado Latino Americano e do Caribe (Conferência de Aparecida), que posteriormente, trouxe muitos subsídios para encorajar práticas evangelizadoras. Assim, partindo do princípio que já se ventilava a insistência da Conferência de Aparecida pela necessidade da evangelização e/ou reevangelização, implantou-se as missões como forma de mostrar que algo estava sendo feito neste sentido ou de mostrar-se positivamente frente ao episcopado Latino Americano já que há anos não se observa a presença de bispos do regional nordeste 2 naquela instituição. Esta possibilidade ganhou força inclusive, quando dois anos após a implantação das missões pela assembléia regional de 2005, um novo evento realizou-se com o tema: Santas Missões Populares à luz da Conferência de Aparecida. Na abertura deste evento, o vice – presidente do Regional Nordeste 2 da CNBB e Bispo de

Campina Grande-PB, Dom Jaime Vieira Rocha afirmou que “o vocábulo missão é a palavra de ordem, atualmente, para a Igreja na América Latina e no Caribe. E, nessa realidade, nós, como membros dessa Igreja, devemos nos adequar cada vez mais a essa nova perspectiva” (CNBB NE2, 2007, p.7).

Esta implantação, aparentemente política, das missões populares, bem como, a própria maneira em que foi resgatada, ficou no nosso entender, a mercê de inúmeras dificuldades que nos anos subsequentes, diminuíram ou apagaram a chama missionária que prometia sacudir o Regional. Tais dificuldades surgiram primeiramente, dentro da própria Igreja que não se ocupou, antes de partir para evangelização propriamente dita, em diagnosticar a realidade do povo bem como, das atividades pastorais de cada diocese. É fato que os próprios bispos e coordenadores de pastoral possuem grande conhecimento acerca das realidades locais. Todavia, a esse respeito, faz-se necessário refletir territorialmente sobre cada diocese, algumas inclusive, com mais de dez municípios.

Sendo assim, entendemos que, por maior e mais aprofundados que sejam os conhecimentos dos bispos e coordenadores pastorais, esses acabam se tornando genéricos, dada à grande dimensão do Regional, bem como, a diversidade de paisagens que se apresentam em cada universo diocesano. Concluimos, portanto, afirmando que, em nossa opinião, os bispos e coordenadores de pastoral, não conhecem na totalidade, as realidades pastorais das dioceses, apesar dos esforços feitos nos últimos anos para avançar neste sentido. Esta questão nos parece evidente, após muitas análises da documentação produzida pela CNBB NE2.

Observamos inclusive, que a documentação produzida como subsídio da assembléia de 2005, que implantou oficialmente, o retorno das missões, fala de desafios para a missão, mas na verdade tenta, de forma superficial, dar um panorama da realidade regional como forma de ampliar os conhecimentos dos participantes sobre a temática. Ou seja, não houve maiores discussões no sentido de buscar saídas para os problemas apresentados. Sendo assim, entendemos que logo no primeiro momento, em que se abordaram os problemas para a implantação da missão no regional,

deveriam ter sido montados subgrupos produzindo subsídios dentro das dioceses ou em frações de cada uma delas para com isso, conhecer mais profundamente as realidades do regional e melhor adaptar a implantação das missões de acordo com cada uma das realidades encontradas.

O problema torna-se ainda mais amplificado quando levamos em consideração, além da extensão territorial, a carência quantitativa de sacerdotes e leigos engajados para a missão. Analisando os crescentes contingentes populacionais das dioceses, veremos que o número de sacerdotes nos parece irrisório frente à grande demanda de fiéis¹⁷. Neste sentido, entendemos que se abrem espaços para a inserção, dentro das sociedades, de outros cultos religiosos e por isso, se fragmentam as crenças em religiões diversas, inclusive nas que trazem elementos obscuros (CNBB NE2, 2005).

A metodologia escolhida para a implantação das missões no Regional, inicialmente, seguiu o modelo idealizado pelo padre Luís Mosconi, assessor da assembléia da CNBB NE2 que implantou as missões. Contudo, apesar de importante, seu modelo de missão não se encaixa perfeitamente em várias Dioceses do Regional Nordeste 2 principalmente, nas Arquidioceses. É claro que muitos esforços foram feitos no sentido de adaptar o esquema idealizado pelo padre missionário ao regional, mas com tantas particularidades, entendemos que seria necessário idealizar um modelo específico para o Nordeste 2 ou melhor dizendo, modelos específicos para cada realidade que se apresenta na Região. Mesmo assim, seguiu-se com o projeto de resgatar as missões populares no regional Nordeste 2 da CNBB.

Implantado o projeto de resgate das missões populares, cada diocese ficou encarregada, à sua maneira, de adaptar o modelo de missão adotado como referência. Ou seja, cada diocese assumiria para si a responsabilidade pela implantação das missões em seu território. Contudo, de forma paralela, foi criada uma comissão que

¹⁷ Para entendermos a carência quantitativa de missionários no Regional Nordeste 2 da CNBB citaremos, por amostragem, dados da própria instituição que mostram sem qualquer dúvida que o número de sacerdotes é insuficiente frente à demanda de fiéis : Província Eclesiástica de Olinda e Recife – 14.160,8 habitantes para cada presbítero; Província Eclesiástica da Paraíba – 10.563,3 habitantes para cada presbítero; Província Eclesiástica de Maceió – 15.367,4 habitantes para cada presbítero; Província Eclesiástica de Natal – 12.978,3 habitantes para cada presbítero. (CNBB, 2010, p.98).

trataria especificamente dos assuntos relacionados às missões populares em âmbito regional, tentado assim, favorecer a unidade, bem como a velocidade do processo (CNBB NE2, 2005).

Cada diocese agendou para o ano seguinte (2006), um ou dois encontros destinados à arregimentação de lideranças para a implantação do projeto missionário. Os responsáveis diocesanos gozavam de total liberdade para trocar experiências com seus iguais das dioceses em que a implantação das missões estivesse mais avançada. Ou seja, foi dado autonomia e confiança para as dioceses arregimentarem o povo e fazerem, segundo a sua conveniência, a missão acontecer.

Uma vez formadas as lideranças, era hora de partir para as semanas missionárias propriamente ditas, em que eventos sistemáticos em torno da evangelização seriam promovidos para as comunidades. Contudo, tal passo não poderia ser dado antes de certificar-se da capacidade que cada paróquia possuía em proceder com a missão. Sendo assim é pertinente lembrar que as dioceses são extensas territorialmente falando e por isso, possuem características distintas que favorecem mais ou menos a implantação das missões populares.

Essa discussão, ao que nos parece, remete à reflexão que fizemos anteriormente acerca da precipitação em adotar um único modelo evangelizador para todo o regional. Implantar um projeto evangelizador a partir de um único esquema bem como, estabelecer prazos para que todas as paróquias iniciem as missões, nos parece equivocado tendo em vista inclusive, a carência quantitativa e latente de meios para formar lideranças destinadas à evangelização.

Portanto, entendemos que a implantação do projeto das missões populares no regional Nordeste 2 da CNBB, precipitou-se porque, no nosso entender, faltou uma real adesão dos bispos, por não haver um pleno conhecimento da realidade das dioceses e paróquias e principalmente porque não houve tempo hábil para cada diocese e paróquia formar lideranças comprometidas com a conversão de novos fiéis. Não devemos nos esquecer que as missões do passado evoluíram e se aperfeiçoaram lentamente seguindo a exigência do seu tempo. Ou seja, não se pode estabelecer

tempos específicos para a missão, ela acontece como fruto de trabalhos e experiências diversas não em tempos pré-estabelecidos.

A responsabilidade de sensibilizar o povo para o projeto das missões populares ficou inicialmente, a cargo da Pastoral da Comunicação, Pascom, pois é a única das pastorais, como reconhece a própria CNBB, que consegue entrar, mesmo com suas limitações, nos lares das pessoas para com isso, despertar o engajamento nas missões (CNBB NE2, 2005). Tal posicionamento nos parece estrategicamente adequado, mas deve, antes de qualquer coisa, considerar as limitações da própria Pastoral da Comunicação. Sendo assim, não seria oportuno desprender todos os esforços possíveis para aparelhar e profissionalizar a Pascom antes de empregá-la em tão grandiosa empreitada?

A Pascom é uma das pastorais mais recentes da Igreja Católica, seus primeiros passos começaram a ser trilhados a partir do Concílio Vaticano II, na década de sessenta quando finalmente, a Igreja começa a reconhecer a importância dos meios de comunicação. Todavia, mesmo tratando a questão da importância dos meios de comunicação, ainda não ficou claro, naquele momento, a real importância desta pastoral. A discussão acerca da importância dos meios de comunicação para a evangelização e a criação da pastoral da comunicação, no caso específico do Brasil, só ganhou força na década de noventa quando a CNBB publicou, como subsídio da assembléia dos bispos de 1997, o documento de número 59 intitulado Igreja e Comunicação rumo ao Novo Milênio. Portanto, apenas oito anos após a tomada de decisão concreta em favor da implantação da Pastoral da Comunicação nas dioceses do Brasil, entregou-se a responsabilidade de sensibilizar lideranças missionárias nas mãos da Pascom sem ter-lhe dado recursos suficientes para cumprir assumir a empreitada.

Passados dois anos da implantação das missões, como projeto do Regional Nordeste 2, grupos representados por bispos e coordenadores pastorais discutiram, durante a 47ª assembléia do Regional, acerca da importância da Pascom para o processo de evangelização. Naquela ocasião, concluiu-se que a Pascom estava

distante do esperado, afirmando-se que: “Somente com a valorização e a qualificação dos agentes comunicadores, conseguiremos introduzir, de fato, a Pastoral da Comunicação no processo de evangelização” (CNBB NE2, 2007, p.30). Fica claro, no nosso entender, que a Pastoral da Comunicação, apesar de ter sido colocada na vanguarda do projeto de retomada das missões no regional Nordeste 2 da CNBB, era, naquele momento, incapaz de inserir-se efetivamente no processo de evangelização que lhe foi proposto. O próprio diretório do Regional Nordeste 2 indica que a Pascom conta com apenas um coordenador de Pastoral por província Eclesiástica e mais um articulador que completa a equipe com um secretário regional, além do bispo responsável pela comunicação (CNBB NE2, 2010). Fica claro, portanto, a carência de pessoal para atuar na evangelização pelos meios de comunicação e por isso, afirmamos que não é possível delegar a função de sensibilizar pessoas para a importância da evangelização sem levar em consideração a necessidade de articulação e profissionalização de grupos destinados a evangelizar usando os meios de comunicação.

Além da incapacidade aparente da Pastoral da comunicação em inserir-se efetivamente no processo de evangelização encontramos, a partir da análise dos documentos conclusivos das assembleias da CNBB NE2, posicionamentos contraditórios no que se refere aos meios de comunicação como instrumentos para evangelização. Entre 2005, ano da implantação do projeto das missões populares, e 2009, os documentos mostram posições favoráveis à expansão dos meios de comunicação como forma de evangelizar as pessoas que estão afastadas da Igreja, fisicamente impossibilitadas de frequentá-la ou ainda de fazer o primeiro anúncio aos que nunca tiveram contato com o evangelho. O próprio documento de Aparecida enfatiza a necessidade de colocar os meios de comunicação de massa a serviço do evangelho aproveitando-se com isso, da possibilidade de falar a milhões de pessoas ao mesmo tempo (CELAM, 2007). Neste sentido, entendemos que muitos fiéis se aproximaram, reaproximaram ou conheceram o evangelho pela intervenção dos meios de comunicação. Além disso, o mesmo documento propõe a restrição da transmissão de certos conteúdos, mesmo dentro da programação católica: “Deve-se questionar

ainda se a Missa ou a Adoração ao Santíssimo são conteúdos que devem ser oferecidos através dos Meios de Comunicação. A mídia acaba por transformar a Missa num simples produto ou espetáculo” (CNBB NE2, 2010, p.25).

Diante do exposto, concluímos que os meios de comunicação católicos na Igreja do Regional Nordeste 2 da CNBB enfrentam, além da necessidade de profissionalização e aparelhagem, grupos contrários a sua plena inserção no processo de evangelização. Essa realidade nos permite entender, com maior profundidade, os motivos pelos quais setores do Episcopado tratam com descaso os meios de comunicação católicos contradizendo não apenas os documentos anteriores da Igreja Regional, mas ao documento de aparecida e principalmente ao Concílio Vaticano II.

Outro fato intrigante dos meios de comunicação católicos refere-se à ausência de dados precisos que comprovem o alcance das programações católicas nos meios de comunicação. É impossível determinar, sem tais dados, a quantidade de pessoas que estão acompanhando as programações católicas e por isso, o aperfeiçoamento de tais mídias fica prejudicado (CNBB NE2, 2010).

Dentro do modelo evangelizador pré-estabelecido e organizado, sem levar em consideração as particularidades encontradas no mesmo território, encontramos algumas disparidades que trouxeram, conseqüentemente, resultados distintos entre uma porção territorial e outra. A primeira delas, sobre a qual acima fizemos uma reflexão, refere-se a questão da Pastoral da Comunicação e das implicações de entregar uma tarefa de vanguarda para o projeto da missões populares a uma pastoral limitada em recursos materiais, capacitação profissional e número de agentes de pastoral. Por agora, trataremos da problemática das inúmeras linguagens que refletem perfis populacionais diferentes nas dioceses e que certamente, influenciaram de alguma forma nos resultados obtidos.

O Regional Nordeste 2 possui, atualmente, vinte e uma Circunscrições Eclesiásticas, divididas em quatro Arquidioceses e dezessete dioceses. Dados recentes apontam para uma população que, somada, aproxima-se da casa dos dezoito milhões de habitantes ou seja, em média, mais de vinte e dois mil habitantes por paróquia

(CNBB NE2, 2010, P.98). Levando em consideração que a maior concentração demográfica do Brasil, historicamente, encontra-se na Zona da Mata (litoral), concluímos que boa parte da população estimada nos quatro Estados que compõem as províncias Eclesiásticas do Regional Nordeste 2 da CNBB, residem nos aglomerados urbanos de João Pessoa, Maceió, Natal e Recife. São pessoas que vivem o ritmo das grandes cidades, marcadas pela correria cotidiana bem como, por outros problemas como a violência, tráfico de drogas ou mesmo por outros males, ligados a problemas estruturais, que diminuem a qualidade de vida dos indivíduos e os afastam da Igreja. No que se refere a tais questões o discurso adotado pela Igreja gira em torno da idéia de que a Igreja Católica, ainda é maioria na América Latina, mas que cresce de forma desproporcional ao crescimento das populações, ou seja, existe a necessidade de melhorar quantitativamente, o clero (CNBB NE2, 2007). Desta forma entendemos que, na realidade, esse discurso apresenta grande disparidade com a realidade tendo em vista que o problema não é meramente quantitativo. Sendo assim, não adianta pensar em ampliar o número de sacerdotes sem melhorar a formação ministrada nos seminários.

Além do investimento na formação teológica e moral dos futuros sacerdotes se faz necessário, no nosso entendimento, dar maior atenção a formação pastoral dos seminaristas para que ao se tornarem sacerdotes essas pessoas conheçam a dinâmica bem como, os principais problemas das comunidades. Dentro desse esquema, assume importante papel neste cenário a figura do leigo que muito poderia acrescentar, sobretudo no trato com os membros das comunidades.

Portanto, reafirmamos que não se trata de problemas quantitativos, mas principalmente, de problemas voltados para a formação dos novos padres que além dos problemas de ordem moral, apresentado por alguns sacerdotes, não possuem formação.

Devemos lembrar também que o maior acesso às novas tecnologias, bem como, a influência de culturas externas, modificam, consideravelmente, a visão de mundo destes indivíduos e claro, as suas linguagens. Neste sentido, temos um perfil

diferenciado de indivíduos menos sensíveis, por exemplo, ao apelo religioso das procissões dos santos ou a outros eventos religiosos. É nessa situação problemática de multiplicidade de perfis, bem como, de vários problemas das cidades, que se encaixam perfeitamente, as ações da pastoral urbana. Assim, consideramos pertinentes para este contexto, as palavras de Comblin quando defende a tese de que a igreja não pode permanecer indiferente aos problemas urbanos, oferecendo apenas seus recintos sagrados como refúgio (COMBLIN, 2002). A leitura correta das realidades e a ação incisiva dos agentes de pastoral, com linguagens corretas, poderão plantar as sementes para uma reação no sentido de reafirmar as tradições do catolicismo que se perdem ano a ano principalmente no espaço urbano. Portanto, concluímos que a missão não será eficiente com o seu objetivo evangelizador usando uma mesma linguagem em todas as suas áreas de atuação.

A ausência de ardor na evangelização é refletida, principalmente, na ausência de novos métodos e novas linguagens que tornam a Ação Missionária pouco eficaz. Portanto é muito importante para as Santas Missões Populares a incorporação de novas linguagens e de novos métodos [...] (CNBB NE2, 2007, p.19).

A 42ª Assembléia da CNBB NE2 debateu a questão da pastoral urbana e tentou lançar subsídios, seguindo o que o Documento de Aparecida publicara para a evangelização nas grandes cidades. Contudo, durante o tal evento, já haviam se passado dois anos do momento em que o projeto missionário “vigorava” e mesmo assim, discutia-se, no que se refere à pastoral urbana, questões elementares e porque não dizer iniciais. Ora, se estamos tratando de um projeto que pretende otimizar a evangelização em quatro Províncias Eclesiásticas, que somadas são maiores que países inteiros, dispondo inclusive, de mais de uma cidade de grande porte por província, então não se pode esperar dois anos para discutir a questão da pastoral urbana. Além disso, as discussões sobre a temática não nos parecem profundas se considerarmos a pequena quantidade de subsídios bem como, o caráter pouco detalhado em que foram colocadas todas as realidades numa mesma escala.

Ainda no que se refere à pastoral urbana, podemos destacar a questão das paróquias como ponto de partida para a missão. É das paróquias que as missões partem para evangelizar as comunidades e por isso, todo seu esforço seja estrutural ou de pessoal, deve ser, no nosso entender, colocado a serviço da missão. As estruturas das paróquias devem constituir-se, segundo nosso entendimento, de lugares acolhedores, disponíveis às comunidades para encontros que envolvam temas ligados à cidadania de modo geral bem como, dos interesses da comunidade em particular. A assistência religiosa, principal função paroquiana, não será abandonada, pelo contrário, contribuirá juntamente com novos valores para a construção de uma religiosidade esclarecida. Neste sentido, podemos dizer com outras palavras, que a paróquia deve ser o “quartel general” das missões populares, tendo em vista que não adianta buscar a conversão de pessoas de uma comunidade que não se sente acolhida pela paróquia e pelo seu pastor.

A paróquia deve ser a referência física da missão e por isso, deve se modernizar para atender os anseios da comunidade (CNBB NE2, 2007). No contexto das grandes cidades, a pastoral urbana e seus ministérios funcionam como elementos que aproximam pessoas da Igreja e tem nas paróquias, bem como, nos sacerdotes, a sua materialização. Assim, não faz sentido algum partir, como propôs o projeto das missões populares do Nordeste 2, para uma empreitada que visa trazer fiéis para perto da Igreja, sem antes modernizar as estruturas das paróquias no que se refere a pessoas e instalações.

Dentre as maiores áreas urbanas do Regional Nordeste 2 a arquidiocese de Natal, sede da província Eclesiástica que abrange todo o Estado do Rio Grande do Norte, avançou consideravelmente no projeto das missões populares. Este avanço, na verdade, não é fruto da implantação das missões populares em todo o Regional Nordeste 2 da CNBB, mas vem em consequência de um esforço por reaver a prática missionária na Arquidiocese desde 2003, ou seja, dois anos antes das demais dioceses. Portanto, entendemos que o projeto missionário na Arquidiocese de Natal

trata-se de uma iniciativa missionária particular daquela diocese que inclusive, expandiu-se regionalmente:

Em 2003, depois de organizadas as paróquias e capacitados os agentes, o próximo passo foi realizar as SMP, que ocorreram no período de setembro de 2004 e setembro de 2005. Em todas as paróquias, foram realizadas as Semanas Missionárias, com visitas às famílias e celebrações nas ruas [...]¹⁸

A arquidiocese da Paraíba procurou desenvolver um subsídio para normatizar a ação evangelizadora. No nosso entender, tal plano que amarra a Ação Evangelizadora dentro da área pastoral arquidiocesana é benéfico na medida em que os ministérios passam a funcionar de acordo com uma separação de tarefas pré-estabelecidas. Ou seja, existe uma norma comum que regula e auxilia as ações. Contudo, apesar de insistir no tema da evangelização, o documento parte, no nosso entender, para uma linha de ação missionária independente do modelo pré-estabelecido na assembléia da CNBB NE2 de 2005. Neste sentido, concluímos que o projeto pré-moldado que antes se apresentava como solução para a problemática da evangelização diluiu-se frente às exigências particulares de cada área pastoral. Todavia, não podemos negar que houve momentos de oração em comunidade bem como, semanas missionárias, ou seja, que se seguiu o projeto estabelecido anteriormente, mas é fato que com passar dos anos, o modelo pré-estabelecido deu lugar a iniciativas mais independentes, espontâneas e, sobretudo voltadas para as exigências pastorais e, portanto, mais próximas das antigas missões populares.

A Arquidiocese de Maceió, no nosso entender, foi prejudicada pela transição de Arcebispo que ocorreu após dois anos da implantação do projeto missionário do Nordeste 2. Mesmo assim, após a posse do carmelita Dom Antônio Muniz Fernandes, observou-se um relativo incremento nas ações voltadas para a evangelização. Chegaram a ocorrer inclusive, retiros missionários com programações pré-estabelecidas e divulgadas a nível regional.

¹⁸ Disponível em: <http://www.bispado.org.br/asp/Noticias.aspx?c=9&n=5452&p=139#Lista>. Acesso em 10/01/2011.

Passados pouco mais de cinco anos da implantação das missões populares, observa-se que dentre as sedes províncias do regional, a que menos avançou em direção a evangelização foi à arquidiocese de Olinda e Recife. Não nos interessa fomentar discussões escolásticas acerca do assunto, mas como forma de aprofundar nossas reflexões, citaremos três prováveis hipóteses para tal insucesso: perfil do então arcebispo; divisão do Clero e saudosismo do povo.

Dom José Cardoso Sobrinho, natural de Caruaru-PE e pertencente à ordem dos Carmelitas, tomou posse como arcebispo de Olinda Recife em abril de 1985 substituindo o então arcebispo Hélder Pessoa Câmara. Com atuação voltada para o Direito Canônico, no qual é Doutor, Dom José imprimiu no seu governo episcopal posicionamentos considerados conservadores e muitas vezes visto como autoritário. Mostrou-se defensor dos valores católicos tradicionais, se mantendo fiel ao Código de Direito Canônico, envolveu-se, muitas vezes, em polêmicas à frente da Arquidiocese de Olinda e Recife para defender os posicionamentos que julgara corretos¹⁹. Portanto, entendemos que no momento em que se iniciou o projeto das missões populares, Dom José Cardoso, além de não possuir, por natureza, um perfil missionário, já não tinha mais o mesmo vigor dos anos anteriores, para dedicar-se a novos projetos. Como consequência dos embates, que duraram anos, para manter seus posicionamentos, ligados a ala católica tradicional, em ênfase na diocese, a imagem da Igreja e do arcebispo, de tão desgastadas dificultaram, no nosso entender, uma iniciativa evangelizadora de base como se propunha o resgate das missões populares.

No que se refere a divisão do clero arquidiocesano, entendemos que as duas décadas do governo do então arcebispo, provocou uma espécie de cisma velado entre os sacerdotes mais ligados às novas teologias do catolicismo e os adeptos de linhas pastorais condizentes com a formação de Dom José (tradicionais). Essas disparidades

¹⁹ No início de 2008, Dom José Cardoso Sobrinho ingressou com uma representação, junto ao Ministério Público, tentando conseguir via judiciário, a proibição da distribuição de pílulas do dia seguinte, realizadas pelas prefeituras de Recife e Olinda, no carnaval daquele ano. Um ano depois, março de 2009, informou a excomunhão, segundo o Código de Direito Canônico, da mãe e da equipe médica que realizaram um aborto numa menina de nove anos que engravidou de gêmeos após ter sido estuprada pelo padrasto.

diminuíram o espírito de cooperação e troca de experiências entre as paróquias, tornando inviável a empreitada missionária.

Entendemos ainda que o saudosismo do povo, acostumados com o perfil progressista de Dom Hélder Câmara, antecessor de Dom José, influenciou na baixa adesão as missões populares nas comunidades. Os fiéis, sobretudo os mais engajados nas atividades pastorais, estavam acostumados a ver seu pastor no meio do povo e, ao que nos parece, estranharam e desanimaram-se ao perceber que, em uma empreitada histórica para igreja regional, não poderiam caminhar ao lado daquele que deveria ser o principal condutor deste processo. Isso em parte explica a euforia do povo e do clero ao tomar conhecimento da nomeação de Dom Fernando Saburido, figura ligada à linha mais popular, carismática e missionária, para suceder o velho arcebispo.

Nas dioceses do interior, mesmo nas maiores cidades, entendemos que as missões populares cumpriram no que se refere à proposta metodológica, com seu objetivo. Contudo, há muito por avançar no que se refere à continuidade da missão, tendo em vista a perda de espaço para grupos evangélicos que já se reúnem há alguns anos, para evangelizar nas áreas mais afastadas dos grandes centros urbanos. Ou seja, apesar da maior aceitação aos métodos missionários propostos na implantação das missões como projeto do Regional Nordeste 2, já existe a necessidade de aperfeiçoar as linguagens e os métodos. Neste sentido, voltamos à discussão no que se refere ao equívoco do episcopado em adotar uma forma específica para as missões em todo o regional que não leva em consideração as mudanças constantes que a sociedade é submetida.

As conclusões da V Conferência de Aparecida, foram amplamente citadas nos últimos documentos das Assembléias do Regional Nordeste 2 da CNBB. Todavia, um ponto nos chamou a atenção, no que se toca a questão de novos locais para evangelização (areópagos) bem como, nos centros de decisão política e formadores de opinião:

Assim como já foi falado nas reflexões anteriores, nós, na condição de Discípulos Missionários de Jesus Cristo, devemos procurar evangelizar

nos locais de formação das novas mentalidades. Contudo, é interessante observar que o mundo da educação e das comunicações, que já foram citados anteriormente, não são os únicos centros com este fim (CNBB NE2, 2007, p. 33).

Fica claro, no nosso entender, a intenção de flexibilizar o conceito de locais para formação de novas mentalidades para outros ambientes mais próximos das comunidades. Inclusive, não se pode negar que diversas pastorais e movimentos se fazem presentes dentro de núcleos formadores de opinião como os ligados a alfabetização de jovens e adultos, movimentos culturais ou mesmo nas associações de moradores. Assim, diante de tal necessidade, nos vem à seguinte pergunta: Como despertar o “ardor missionário” nesses grupos? Todos sabem que a missão é uma pastoral extraordinária que acende ou reacende o sentimento de pertença do indivíduo para com sua religião e sendo assim, entendemos que só estudando caso a caso será possível descobrir as melhores abordagens para cada grupo.

Outra questão citada pelo Documento de Aparecida, mas que quase não foi debatida nas assembléias do Regional Nordeste 2 da CNBB, diz respeito à evangelização em locais como presídios masculinos e femininos ou casa de custódia para menores infratores, hospitais, centros para recuperação de drogados, enfim, para espaços não católicos e que abrigam pessoas acometidas por males diversos. Percebe-se, no entanto, que os centros formadores de opinião junto à população, bem como, os núcleos em que o poder está instituído formam sempre o centro das discussões. Contudo, não podemos afirmar que não existe nenhum trabalho evangelizador nos locais citados, mas na maioria das vezes, as ações são insuficientes, precárias e carentes de maior apoio.

De grande valor para o resgate da dignidade da pessoa humana, grande instrumento de pacificação, ressocialização e evangelização, a pastoral carcerária, por exemplo, cumpre mesmo carente de apoio, com seu papel pacificando inclusive, os encarcerados que ao se converterem voltam a ter esperança. Documentos oriundos da própria CNBB afirmam há décadas, a necessidade de intensificar os trabalhos dentro dos cárceres como se pode observar:

Um ambiente com tantos problemas como é o setor carcerário necessita de agentes de pastoral preparados, dotados de muita boa vontade, com bastante amor ao “irmão que errou” e com suficiente coragem para não esmorecer diante das dificuldades que irá encontrar (CNBB, 1974, P.18).

É fato que existem muitos grupos destinados a assistir humanitariamente os apenados promovendo a evangelização, mas por outro lado, a falta de apoio também é imensa. Neste sentido, observamos que em função da falta de uma maior atenção a evangelização nos estabelecimentos prisionais, tem-se interrompido inúmeras experiências de real valor para a evangelização dos condenados bem como, de suas famílias. Assim concluímos afirmando que, segundo a nossa leitura da realidade, quase nada foi efetivamente alterado no que se refere à questão da evangelização dentro de presídios.

As circunstâncias pelas quais se deu a implantação do projeto das missões populares no Regional Nordeste 2 da CNBB, deixaram lacunas em alguns setores pastorais que eventualmente, poderiam ter sido melhor assistidos a partir de um planejamento adequado. Todavia, é nítido o esforço no que se refere a prevenção contra as drogas, sobretudo entre os mais jovens e no tratamento daqueles que estão no vício. É claro que a Igreja não é responsável direta por tais problemas, mas na condição de defensora da dignidade da pessoa humana, sente-se obrigada a intervir frente a tal quadro. Assim, podemos destacar o crescente número de “Fazendas da Esperança” nas dioceses que compõem a CNBB NE2 entre 2005 e 2010²⁰. É obvio que este número de instituições é insuficiente para uma demanda que cresce a cada dia, mas no nosso entender, constitui uma resposta da Igreja ao desafio que a dependência química vem impondo a sociedade. Deve-se destacar ainda que a metodologia aplicada no tratamento dos internos é voltada para a oração e para o trabalho, ou seja, trata a dependência do indivíduo, dá condições para que ele reencontre ou encontre a sua fé e resgata a dignidade individual dos internos tendo em vista que dispensa o uso de medicamentos. Portanto, entendemos que o investimento em iniciativas como a das

²⁰ Província Eclesiástica de Alagoas (02); Província Eclesiástica da Paraíba (02); Província Eclesiástica de Olinda e Recife (03 com projeto de mais uma); Província Eclesiástica de Natal (01).

“Fazendas da Esperança” apresenta-se, mesmo nos anos posteriores ao término do projeto das missões populares, como uma alternativa estrategicamente viável para o tratamento e conversão ou reaproximação dos indivíduos ao catolicismo. Tal viabilidade foi reconhecida inclusive, pelo Papa Bento XVI quando, em sua visita ao Brasil visitou pessoalmente as dependências da fazenda de Guaratinguetá-SP.

Outro problema atual que merece atenção especial é a questão do meio ambiente, dizemos isso porque as agressões aos recursos naturais, por motivos diversos, atreladas a ignorância de boa parte da população, sobretudo em Regiões como o Nordeste do Brasil em que muitos, infelizmente, ainda não dispõem de formação adequada, torna o problema ainda mais amplificado. É fato que a igreja tem levantado a bandeira da defesa dos recursos naturais há décadas, mas em se tratando especificamente do Regional Nordeste 2 da CNBB entendemos que muito ainda tem para ser feito.

Problemas como a destruição da Mata Atlântica, desertificação no bioma da Caatinga, retirada das matas ciliares (margens dos rios), que provocam o assoreamento das bacias hidrográficas (causa principal das enchentes), são muitas vezes, consequência da exploração inadequada dos recursos naturais dos próprios membros das comunidades. Desta forma, entendemos que toda proposta de evangelização deve fomentar nos seios das comunidades e principalmente na individualidade de cada um a consciência de que a comunhão com Deus implica na defesa de todas as suas criaturas, ou seja, do planeta. Observamos que a partir de uma visão macro a igreja preocupa-se com o meio ambiente, mas o que dizer da evangelização consciente nos seios das comunidades? Estes problemas ao que nos parece deveriam e devem ser discutidos, não de forma macro, mas olhando para os problemas locais, os hábitos de cada um e criando na medida do possível, novas alternativas para uma vida mais harmoniosa com os recursos naturais. Essa evangelização focada no despertar para o respeito e preservação da natureza levaria a sociedade a fiscalizar a preservação do meio ambiente, não por questões políticas ou meramente econômicas, mas principalmente pelo compromisso com a vida.

Ainda no que se refere à questão do meio ambiente, observamos que durante a implantação das missões populares no Nordeste 2 da CNBB, uma polêmica envolvendo o projeto do Governo Federal de transposição das águas do rio São Francisco aparentemente, dividiu opiniões entre o episcopado:

As águas do Rio São Francisco, que banham os Estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, dividem os bispos católicos do Nordeste. Todos defendem a revitalização, um consenso documentado em declarações que apóiam iniciativas do governo para acabar com o assoreamento causado pelo despejo de esgotos e retirada de areia que estão matando o rio. As divergências começam, no entanto, quando se fala em transposição das águas, projeto do Ministério da Integração Nacional que o presidente Lula promete executar.²¹

Tal divisão foi justificada a partir do argumento da complexidade do problema:

Os problemas são tão complexos, acrescenta o bispo de Garanhuns, que até agora o episcopado não conseguiu chegar a um consenso, “apesar de a CNBB ter promovido seminários com técnicos da área para explicar as vantagens e as implicações da transposição”. D. Adriano e D. Irineu são do Regional Nordeste 2, cujas dioceses se localizam acima do Rio São Francisco²².

Contudo, a questão evidencia, no nosso entender, o caráter superficial dos debates acerca de temas ligados a preservação do meio ambiente bem como, da importância de inserir verdadeiramente tais elementos ao processo de evangelização. Portanto, entendemos que o crédito da instituição junto ao povo foi prejudicado e o projeto evangelizador foi prejudicado.

É pertinente lembrar ainda que mesmo com a inserção da questão da defesa do meio ambiente na Campanha da Fraternidade 2011, pouco tem sido feito, no âmbito das paróquias, principais núcleos evangelizadores, para ampliar os debates e despertar uma verdadeira consciência sobre o tema.

²¹ Disponível em: <http://noticias.ambientebrasil.com.br/clipping/2007/05/09/31021-bispos-divergem-sobre-transposicao-do-rio-sao-francisco.html>. Acesso em 07/05/2010.

²² Ibid.

É justo reconhecer que o projeto evangelizador das missões populares no Regional Nordeste 2 da CNBB, investiu de forma correta e como poucas vezes, valorizou o espírito de cooperação entre as Dioceses quando publicou um manual missionário. Tal manual, com tiragem de 2009 representou um avanço significativo para o projeto missionário da CNBB NE2 tendo em vista que com ele foi possível normatizar num livro de bolso, o roteiro missionário que se pretendia inserir nas dioceses do Regional. Sendo assim, entendemos que grosso modo, as primeiras noções de como se conduzir um movimento missionário poderiam ser seguidas por todos aqueles que desejassem através do manual.

A intenção de nortear os missionários a partir do que estabelecia o projeto das missões populares no regional aparece logo no primeiro parágrafo da apresentação do documento inscrito pelo arcebispo de Natal, Dom Matias Patrício de Macedo:

Tendo vivido em nossas Dioceses a experiência das Santas Missões Populares, colocamos em suas mãos este manual como instrumento de ajuda para sua ação evangelizadora. Nele vocês poderão encontrar o alimento que vai revigorar que vai revigorar as forças e o entusiasmo pela missão. (CNBB NE2, 2009 p.3).

Com linguagem acessível a todos os níveis intelectuais o manual missionário do Regional Nordeste 2 oferece modelos para abordagens missionárias em diversas situações. Todavia, deve-se considerar que tal avanço não implica em solução definitiva para a questão da formação do missionário.

A questão da catequese consiste em outra realidade que vem progredindo no âmbito do Regional Nordeste 2 da CNBB. Observamos significativas mudanças no que se refere a metodologias no processo do despertar para a religiosidade entre os católicos. Observamos freqüentemente, a utilização de recursos de imagens e sons que, mesmo com as limitações de recursos, ilustram as explicações dos catequistas. (CNBB NE2, 2006). Desta forma, a catequese consegue tornar-se mais atraente tendo em vista que utiliza constantemente recursos que as crianças, mesmo as mais pobres, já conhecem:

A Igreja enfrenta o desafio de evangelizar uma geração com características diferentes das gerações anteriores. Trata-se de uma geração formada pela imagem, acostumada com estímulos constantes para manter sua atenção, para quem o “sentir” é mais importante que o “pensar” [...] (CNBB, 2007, p.82).

Os recursos tecnológicos quando bem utilizados pelos catequistas, poderão fazer com que através dos estímulos pelos quais as crianças já estão acostumadas, seja possível chegar a farão a evangelização das crianças bem como, a tomada de consciência para um aspecto da fé atuante, ou seja, capaz de arregimentar novos fiéis.

Por fim destacamos o esforço de várias dioceses da CNBB NE2 na formação de novos coordenadores e assessores para a juventude missionária através de encontros com palestras e capacitações. Tais momentos proporcionam a troca de experiências valorizando as palavras de João Paulo II quando afirma que a Igreja tem muito a dizer aos jovens e ao mesmo tempo, os jovens tem muito a dizer a Igreja (CNBB, 2007, p.59).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da Igreja Católica e do próprio cristianismo deve muito às missões populares que, mesmo antes de existirem metodicamente, espalharam por terras distantes a doutrina cristã.

Ao pesquisar as origens das missões populares percebemos seu caráter essencialmente experimental adaptando-se, de acordo com o contexto, a diversas realidades sociais. Essa capacidade adaptativa explica, em parte, o fato das missões terem resistido tanto aos séculos, bem como, as inúmeras mudanças que a sociedade se submeteu, sobretudo, com a chegada de novas tecnologias.

A constante busca por se adaptar às realidades sociais fez dos missionários, na maioria das vezes, importantes interventores frente aos problemas das comunidades evangelizadas. Seu caráter conciliador e, porque não dizer, pacificador, solucionava conflitos do cotidiano e chamava as pessoas para uma vida mais pacífica e tolerante, segundo os desígnios do evangelho. A postura independente e o desapego a bens materiais faziam dos primeiros missionários verdadeiros exemplos de honestidade e simplicidade em épocas em que o poder instituído, da Igreja ou mesmo dos Estados Nacionais oprimiam o povo. A real vocação por disseminar o evangelho bem como, preceitos morais entre as comunidades ajudaram de forma significativa, na conversão de indivíduos que encontravam nos discursos dos missionários, palavras de encorajamento, conforto e esclarecimento. Assim, as comunidades evangelizadas passaram a encontrar na religião consolo para tantos males que assolavam suas vidas e por isso, as missões ganharam notoriedade ao longo dos tempos sendo progressivamente institucionalizadas pela Igreja por meio das congregações religiosas.

Com o surgimento e crescimento das congregações, as missões, agora parcialmente institucionalizadas, passaram a fazer parte dos projetos colonizadores de reinos como o de Portugal e Espanha. Esse fato mudou consideravelmente o modelo de missão independente que existira durante a Idade Média, dando lugar a projetos

evangelizadores de nações que aglomeravam numa mesma estrutura os poderes religiosos e temporais.

Dentro da dinâmica dos projetos colonizadores dos países ibéricos, grandes navegações²³, encaixam-se historicamente a tomada de posse, por parte do colono português das terras brasileiras. Esse evento, além da sua importância histórica, trás consigo a possibilidade de implementar uma campanha evangelizadora sem precedentes que proporcionou juntamente com outros fatores, a expansão fronteiriça do Brasil. É claro que a campanha evangelizadora não aconteceu instantaneamente dadas as condições geográficas, limitações no número de missionários e hostilidades dos nativos desta terra, tendo inclusive obrigado a unir missionários e colonos numa evangelização através da força. Todavia, entendemos que após os primeiros contatos entre as religiões dos nativos com os missionários, sendo estes amigáveis ou não, teve início um processo de justaposição cultural que modificou progressivamente, mas de forma irreversível as duas religiões.

A formação da matriz religiosa brasileira atual deu-se a partir da chegada dos primeiros colonos a esta terra que era considerada pelo português como território pagão e que por isso, necessitava de conversão ao cristianismo. O primeiro documento emitido na “recém descoberta” Ilha de Vera Cruz²⁴ nos mostra com clareza que de forma paralela ao projeto colonizador os missionários desejavam converter os nativos que aqui habitavam ao cristianismo.

[...] Contudo, o melhor fruto que dela se pode tirar parece-me que será salvar esta gente. E esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza em ela deve lançar. E que não houvesse mais do que ter Vossa Alteza aqui esta pousada para essa navegação de Calicute bastava. Quanto

²³ Entende-se por Grandes Navegações as expedições organizadas pelos Estados mercantilistas, principalmente, Portugal e Espanha para a prática comercial. Essas expedições, que culminaram com a posse de várias terras em outros continentes as quais chamaram de colônias, foram possíveis a partir do aperfeiçoamento de equipamentos e técnicas de navegação e resultaram também na expansão ainda maior, dos cristãos católicos pelo mundo.

²⁴ Inicialmente, acreditava-se que a faixa de terra que se seguia a partir do monte pascoal (local em que foi oficializada a descoberta do Brasil) tratava-se de uma ilha. Por isso, o primeiro nome dado ao Brasil foi Ilha de Vera Cruz.

mais, disposição para se nela cumprir e fazer o que Vossa Alteza tanto deseja, a saber, acrescentamento da nossa fé!²⁵ [grifo nosso]

Tal afirmação mostra o quanto era desprezível para o colonizador a religiosidade que pré-existia a sua chegada, evidenciando dessa forma, que as primeiras modificações na religiosidade local estavam prestes a acontecer.

A simples presença do colono provocou, no segundo momento, a entrada de outro elemento importante para a matriz religiosa brasileira atual. Dada a carência de mão de obra nos engenhos produtores de açúcar, a inadequação e/ou resistência do indígena para o trabalho, bem como, a proteção da Igreja aos mesmos, a saída mais viável passou a apontar para a introdução do africano nos trabalhos dos engenhos como forma de resolver o problema da carência de mão de obra. A partir deste momento, observamos a intensificação do lucrativo negócio do tráfico de escravos que agora dispunha de um interminável mercado em potencial.

Por meio do rentável negócio do tráfico de negros africanos para o Brasil, foi introduzido na matriz religiosa brasileira mais um elemento. Os africanos, trazidos a força para trabalhar, principalmente, nos engenhos de produção de açúcar, trouxeram, mesmo que de forma fragmentada, importantes elementos culturais e religiosos que agora necessitavam, de alguma forma, ser preservados. Essa fragmentação cultural atrelada a uma situação em que os missionários católicos procuravam impor seu culto religioso provocou o sincretismo que veio como solução para uma situação conflituosa (VALENTE, 1971). Neste sentido, entendemos que o processo de formação da matriz religiosa brasileira, não conseguiu barrar o avanço missionário nestas terras, ou seja, apesar de ter absorvido, num processo sincrético, elementos da religiosidade indígena e africana as missões permaneceram impondo o cristianismo aos nativos desta terra bem como, aos africanos.

A continuidade dos movimentos missionários no Brasil permitiu posteriormente, a instalação de uma estrutura eclesial em que sob todos os aspectos, garantiu a hegemonia católica nestas terras. O processo sincrético ao qual se

²⁵ Disponível em: <http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/carta.html>. Acesso em: 02/03/2011.

submetera desencadeou na formação de um catolicismo popular repleto de elementos indígenas e africanos, ou seja, com particularidades oriundas a esta terra. E sendo assim, as missões populares que submeteram às outras religiões a condição de minorias convertendo pela força dos métodos ou da espada as pessoas ao cristianismo, passaram a ser desencorajadas sendo observadas cada vez em menor número, salvo algumas exceções.

A aparente hegemonia, que durante o padroado escondia problemas diversos entre os membros da Igreja Católica, inclusive de ordem moral, desencorajou as missões populares e abriu espaço para a introdução de cultos protestantes que naquele momento, ainda não tinham grande notoriedade, mas que no decorrer do século XX, tornaram-se os principais oponentes do grupo dos católicos no campo religioso brasileiro. Some-se isso ao aparelhamento da indústria nacional, década de trinta, que provocou a migração das populações para as grandes cidades, mudando consideravelmente os hábitos dos indivíduos, cada vez mais secularizados, observaremos a diminuição no número de católicos principalmente em regiões como no Nordeste brasileiro, em que a simples presença dos missionários pregando, confessando ou aconselhando amenizava os infortúnios do povo.

Foi a partir desta perda progressiva da hegemonia católica que passamos a refletir sobre as reais motivações que a levaram, de forma institucional, ao resgate das missões populares. É fato que havia algo mais nos discursos montados institucionalmente pela cúpula católica em que transparecia apenas o caráter profético das missões populares, e que isso justificava tal resgate.

Como objeto de estudo específico, adotamos o Regional Nordeste 2 da CNBB e sua intenção de adotar, a partir do discurso institucional da cúpula católica, as missões populares como prioridade das suas ações pastorais a partir de 2005, seguindo uma metodologia pré estabelecida.

Desde então passamos a investigar, a partir de documentos produzidos pela própria CNBB NE2, questões referentes a implantação das missões populares no

regional para tentar entender os motivos que levaram esta Igreja particular a voltar seus esforços para a prática missionária.

Como resultado de nossas pesquisas concluímos que o discurso profético de estímulo as missões populares na verdade, esconde uma enorme preocupação com o campo religioso, mais precisamente com o crescimento dos evangélicos, (CNBB NE2, 2007), ou seja, a iniciativa de resgatar as missões populares nos parece ser muito mais uma resposta ao crescimento de grupos evangélicos, do que uma ação essencialmente profética.

As análises documentais nos permitiram ainda, entender preocupações da Igreja do Regional Nordeste 2 bem como, da sua dimensão macro, com questões como a secularização e influência do catolicismo frente a sociedade. Trata-se na verdade, da intenção de fazer-se presente, através dos missionários, em setores estratégicos que compõe a sociedade civil: política, meios de comunicação social e comunidade acadêmica para com isso, fazer valer os preceitos católicos que freqüentemente estão sendo postos em discussão: aborto, casamento homossexual e manipulação genética com células humanas.

Além disso, nos foi possível fazer, mesmo que de forma limitada, uma análise crítica dessa tentativa da CNBB NE2 de resgatar as missões populares nas quatro províncias de sua área territorial que correspondem aos Estados de Alagoas, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Desta forma, verificamos problemas no que se refere à aplicabilidade dos métodos em realidades distintas, ou seja, o mesmo método não é eficiente em todas as províncias Eclesiásticas do Regional. Percebemos ainda certos posicionamentos que, ao que nos parece, refletem certo conservadorismo para com os meios de comunicação como instrumento evangelizador. Tal fato, no nosso entender dificulta a evangelização, sobretudo nos lugares mais distantes, refletindo também uma aparente contradição entre a práxis católica com seus documentos.

Entendemos, portanto, que o resgate das missões populares é muito mais uma resposta as condições desfavoráveis a hegemonia católica, que uma questão

meramente profética e que mesmo estimulando as missões nos dias atuais muito ainda necessita ser feito para a obtenção de resultados concretos.

REFERÊNCIAS

- R. AZZI, “**O movimento brasileiro de reforma católica durante o século XIX**”, in Revista Eclesiástica Brasileira/34, 1974 p.646-662.
- BERGER, Peter L. **O Dossel Sagrado**: elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.
- _____. **Rumor de Anjos**: a sociedade moderna e a redescoberta do sobrenatural. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 1997.
- BONNEWITZ, Patrice. **Primeiras Lições sobre a Sociologia de P. Bordieu**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- COMBLIN, José. Os desafios da cidade no século XXI. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2002. p. 8.
- CNBB NE2 – SINTESE DA 40ª ASSEMBLÉIA REGIONAL DE PASTORAL 2005.
- CNBB NE2 – SINTESE DA 41ª ASSEMBLÉIA REGIONAL DE PASTORAL 2006.
- CNBB NE2 – SINTESE DA 42ª ASSEMBLÉIA REGIONAL DE PASTORAL 2007.
- CNBB NE2 – SINTESE DA 43ª ASSEMBLÉIA REGIONAL DE PASTORAL 2008.
- CNBB NE2 – SINTESE DA 44ª ASSEMBLÉIA REGIONAL DE PASTORAL 2009.
- CNBB NE2 – SINTESE DA 45ª ASSEMBLÉIA REGIONAL DE PASTORAL 2010.
- GUIDETTI, A. **Le missioni popolari**. I grandi gesuiti italiani, Rusconi, Milão 1988.
- GUGLIA, Carmelo Conti. **Missões populares**: história, métodos, mensagem. (tradução João Pereira Gomes). Aparecida, SP: Editora Santuário, 1992.

HILMAN, Eugène. A tarefa principal da missão. **Concilium**: Revista internacional de teologia. nº 03, Mar. 1966, p. 3-66.

HORTAL, Jesus. **Código de Direito Canônico**. Tradução oficial da CNBB, notas e comentários aos cuidados de. São Paulo: Loyola, 1983.

PAIVA, Gilberto. **A Província Redentorista de São Paulo: 1894-1955: fundação, consolidação ereção canônica e desenvolvimento: um estudo histórico – pastoral**. Aparecida, SP: Editora Santuário, 2007.

MOSCONI, Luís. **Santas Missões Populares: Uma experiência de evangelização voltada para as massas**. São Paulo: Paulinas, 1996.